

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Janeiro de 2009**

**Área Temática: Território e Sustentabilidade**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

<b>Proteção a 4 florestas pode ser suspensa</b> - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Vida & - 01/01/2009.....	5
<b>Programas incentivam uso racional dos recursos naturais</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 05/01/2009.....	6
Aumenta o número de licenças ambientais emitidas em 2008 – Sítio Eletrônico do MST – 05/01/2009.....	7
<b>Embrapa busca soluções para enfrentar aquecimento global na agricultura</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 07/01/2009.....	8
<b>Por uma nova política de preservação</b> - Nestor Goulart Reis – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/01/2009.....	9
<b>Minc rebate crítica de Capobianco</b> - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 09/01/2009.....	12
<b>Calor extremo pode virar regra em 2100</b> - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 09/01/2009.....	13
<b>Com Minc, governo dá 39% mais licenças ambientais</b> – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 09/01/2008.....	14
<b>Ministro diz não ceder a pressão de colegas para autorizar obras</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 09/01/2008.....	15
<b>Gasto com viagem dispara no Meio Ambiente</b> – Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Brasil – 09/01/2009.....	16
<b>Sem chuva da Amazônia, SP vira deserto/entrevista</b> – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – 12/01/2009 <b>Crédito: Daniela Chiaretti, de São José dos Campos (SP)</b> ....	18
Ruralistas querem excluir Maranhão da Amazônia Legal – Sítio Eletrônico do MST – 12/01/2009.....	22
<b>Minc critica colega sobre Código Florestal</b> - Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 13/01/2009.....	25
Aquecimento global pode afetar 40% dos cultivos no mundo – Sítio Eletrônico do MST – 14/01/2009.....	26

## Segunda Quinzena

<b>Agricultura pode combater aquecimento</b> – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 16/01/2009.....	26
<b>Meio ambiente: o primo pobre da crise econômica?</b> - Antônio A. R. Ioris – Valor Econômico – Opinião - 16/01/2009.....	28
<b>Mapas e GPS viram armas de caboclos na Amazônia</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 18/01/2009.....	30
<b>Êxodo rural não existiu, afirma Cargill</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 18/01/2009..	32
<b>Greenpeace tem esquema especial de segurança</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2009.....	32
<b>Greenpeace faz protesto contra desmatamento em reserva extrativista</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 19/01/2009.....	33
<b>Basta mudar e inovar</b> – David Lee – O Globo – Opinião – 19/01/2009.....	33
<b>Em direção ao futuro</b> – Pedro Sirgado – O Globo – Opinião – 20/01/2009.....	35

<b>Minc recua no Código Florestal</b> – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 21/01/2009 .....	36
<b>Lei cria zoneamento ecológico e econômico no oeste do Pará</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 21/01/2009.....	37
<b>Madeira ilegal dribla "fiscal" eletrônico</b> – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 21/01/2009 .....	37
<b>Apreensão de produto cresce 629,5% em SP</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 21/01/2009 .....	39
Minc anuncia redução de queimadas até 2020 – Sítio eletrônico do MMA – 21/01/2009 ..	40
Preço de produtos florestais terá índice próprio – Sítio Eletrônico do MMA – 20/01/2009	41
<b>Incra diz que criação de agência para regularizar terras na Amazônia é um erro</b> – Sítio eletrônico da Contag - 22/01/2009.....	41
<b>Mudança do clima já esquenta Antártida</b> – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 22/01/2009 .....	42
<b>Antártica em alerta</b> – O Globo – Ciência – 22/01/2009 .....	43
<b>Estações do ano chegam dois dias antes</b> – O Globo – Ciência – 22/01/2009 .....	44
<b>MPX utiliza o vegetal para diminuir emissões de CO2</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 22/01/2009 .....	45
<b>Desmatamento na Amazônia Legal diminui em 2008</b> – Sítio eletrônico da CPT – 23/01/2009 .....	46
<b>Cassel ganha briga com Mangabeira</b> - João Domingos e Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional – 23/01/2009 .....	46
<b>Desmatamento na Amazônia Legal cai 82%</b> - Soraya Aggege, Luiza Damé e Catarina Alencastro – O Globo – Nacional – 23/01/2009 .....	47
<b>MDA vai regularizar 67,4 milhões de hectares na Amazônia Legal</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 23/01/2009.....	49
<b>Desmatamento cai 82% nos últimos meses de 2008</b> - Carine Corrêa – Sítio Eletrônico do MMA – 23/01/2009 .....	50
<b>Devastação se concentra em terrenos menores, diz Minc</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 24/01/2009 .....	51
<b>Stephanes diz não confiar mais em Minc</b> – O Globo – Capa – 25/01/2009 .....	53
<b>Fórum Social Mundial na Amazônia</b> – Oded Grajew – Folha de São Paulo – Tendências e Debates - 25/01/2009 .....	55
<b>Minc chama Dilma para apartar briga ambiental</b> – O Globo – Capa – 26/01/2009.....	56
<b>Crise entre ministros</b> – Cássia Bruno - O Globo – O País – 23/01/2009.....	57
<b>Relação conturbada em meio a ataques mútuos e aproximações</b> – O Globo – O País – 26/01/2009 .....	58
<b>Ministro reitera que regularização da Amazônia vai expor os grileiros</b> – Valor Econômico – Brasil - 26/01/2009 .....	59
<b>Aquecimento durará mil anos, diz estudo</b> – Folha de São Paulo – Ciência - 27/01/2009	59
<b>Obama reverte políticas de clima de Bush</b> – Folha de São Paulo – Ciência - 27/01/2009 .....	60
<b>IPCC abordará emissões de hidrelétricas</b> – Folha de São Paulo – Ciência - 27/01/2009	61
<b>Mercado ganha US\$ 115 bi em quatro anos</b> – Folha de São Paulo- Dinheiro - 27/01/2009 .....	63
<b>Mais construções recebem selo verde no país</b> – Ana weiss e André Palhano – Folha de São Paulo – Dinheiro - 27/01/2009 .....	63

<b>Sem avanço, novo acordo climático pode naufragar</b> - Daniela Chiaretti – Valor econômico – Internacional - 27/01/2009 .....	65
<b>Obama começa a mudar a política ambiental dos EUA pelos automóveis</b> – Valor Econômico – Internacional - 27/01/2009 .....	65
<b>CNA levará proposta do setor de revisão do Código Florestal à Presidência da República</b> – Sítio Eletrônico da CNA – 28/01/2009 .....	67
<b>Amazônia não resiste 30 anos, diz bispo do Xingu</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 29/01/2009 .....	67
<b>Emergentes terão meta, sem recurso</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 29/01/2009 .....	69
<b>Brasileiros ficam surpresos com a nova versão</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 29/01/2009 .....	70
<b>Clima precisa de R\$ 507 bi ao ano até 2020, diz Europa</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2009 .....	70

**Proteção a 4 florestas pode ser suspensa** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Vida & - 01/01/2009

Quatro das 65 florestas nacionais podem perder a condição de áreas rigorosamente protegidas por lei. Um grupo de trabalho criado pelo Ministério do Meio Ambiente propõe o “rebaixamento” das Florestas Nacionais (Flonas) de Ipanema (SP), de Restinga do Cabedelo (PB), de Caçador (SC) e do Jamanxim (PA) por não atenderem requisitos como o da autossustentabilidade. Em documento enviado ao Ministério Público Federal, o Conselho Gestor da Flona de Ipanema, em Iperó, manifestou preocupação com sua possível descaracterização.

Segundo a conselheira Márcia Valéria Ferraro Gomes, servidores procuraram o conselho para denunciar um plano de cessão de parte dos 5,1 mil hectares do território para assentamento de famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST). A perda da condição de floresta nacional permitiria a exploração mineral já requerida por uma multinacional da área de fertilizantes no Morro Araçoiaba, no interior da unidade. “Nenhum desses fatos foi discutido diretamente com os servidores, mas pode estar acontecendo num momento em que a unidade está vulnerável por ter expirado seu plano de manejo”, disse a conselheira. O novo plano está em processo de revisão.

Criada em 1992, a Flona de Ipanema é recoberta por um dos principais remanescentes de mata atlântica do interior de São Paulo. A fauna, que representa 21,6% das espécies ocorrentes no Estado, é estudada por alunos de universidades vizinhas e abrangem desde espécies comuns, como a coruja-buraqueira, a ameaçadas de extinção, como o urubu-rei. E abriga um sítio arqueológico com as ruínas dos fornos de Afonso Sardinha, datado de 1589, onde se deu a primeira tentativa de fabricação de ferro em solo americano reconhecida pela Associação Mundial de Produtores de Aço. Com a mudança, o sítio com os prédios remanescentes da primeira indústria organizada do país, a Real Fábrica de Ferro de Ipanema, que funcionou de 1811 à 1895, seria repassado à prefeitura de Iperó.

A Flona da Restinga de Cabedelo (PB), criada em 2004, possui 103,3 hectares, com áreas de mangue e restinga. Em vistoria feita em novembro, o MPF constatou áreas de invasão por habitações precárias que se formaram a partir de uma favela na divisa da floresta. Na ocasião, ficou constatado abandono pelo poder público, ocasionando rápida favelização que pressiona o ambiente. O muro que protegia a mata foi em grande parte demolido por moradores para a construção de barracos.

A Flona do Jamanxim (PA), criada em 2006, é uma das unidades de conservação mais desmatadas da Amazônia. Com mais de 1,3 milhão de hectares, criada para barrar o desmatamento no eixo da BR-163 (Cuiabá-Santarém), já perdeu 9,2 mil hectares com a abertura de estradas clandestinas, retirada ilegal de madeira e incêndios.

A Flona de Caçador pertencia anteriormente ao Instituto Nacional do Pinho e contém, na área de 710 hectares, material genético da mata de araucárias, espécie também conhecida como pinheiro brasileiro. De acordo com a conselheira da Flona de Ipanema, a perda da proteção legal pode levar à completa destruição desses ambientes que, mesmo protegidos, estão fortemente ameaçados.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) informou que há estudos para reclassificar algumas unidades de conservação, mas não incluiriam a Flona de Ipanema. “A reclassificação é algo que vem para atender o potencial e a vocação da unidade e não é só uma decisão do Poder Executivo. Qualquer parlamentar também pode propor no Congresso Nacional, via projeto de lei”, informou a Assessoria de Comunicação do instituto. No caso da Flona de Ipanema, segundo o Conselho Consultivo, esse pode ser o caminho para a reclassificação.

Integrantes da bancada petista na Câmara dos Deputados estiveram reunidos em novembro com lideranças do MST na região para discutir a ampliação dos assentamentos. O ICMBio cuida de 300 unidades de conservação, que correspondem a 8,2% território nacional.

Recentemente, a Estação Ecológica de Anavilhanas, no Estado de Amazonas, foi transformada em Parque Nacional; e Pontões Capixabas, no Espírito Santo, era Parque Nacional e se tornou Monumento Natural.

De acordo com o ICMBio, a Flona de Ipanema está em uma região amplamente explorada nos últimos 400 anos, com extração de ferro e de apatita; posteriormente, ganhou um centro da aviação e campos de experimentação. Em 1991, ela foi criada sobreposta a um assentamento.

Sobre a Flona de Jamaxim, existe um Termo de Ajustamento de Conduta sendo discutido com os ocupantes da área, e o ICMBio entende que houve um erro técnico na definição dos limites da UC. O grupo de trabalho formulará uma proposta que será encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente e depois ao Congresso Nacional. A proposta é rever os limites de modo a não se perder a área da unidade. Há outro estudo sobre a Flona de Roraima, sobreposta a uma terra indígena. “De antemão, toda e qualquer alteração de categoria em unidades de conservação será apresentada aos conselhos de cada unidade, possibilitando com isso o debate amplo entre os membros do conselho, em cumprimento ao que determina a Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza”, informou o ICMBio.

**Programas incentivam uso racional dos recursos naturais** – Sítio Eletrônico do MAPA – 05/01/2009

**Brasília (5.1.2009)** - O Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009, lançado em julho, criou uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão para os produtores que adotam programas de sustentabilidade criados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Destacam-se os programas de incentivo à produção integrada (Sapi); de desenvolvimento da agricultura orgânica (Pró-Orgânico), que inclui a regulamentação da produção com a publicação de seis instruções normativas; e o programa Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura. Juntos já beneficiaram mais de seis mil produtores com R\$ 5 milhões.

Outra proposta prioritária é o *Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas* (Propflora), que contou com R\$ 52 milhões, em 2007, para as ações do programa. Para o Plano Agrícola 2008/2009, serão R\$ 150 milhões.

**Certificação** - Todos os produtos inseridos na produção sustentável são certificados por entidades credenciadas no ministério e no Instituto Nacional de

Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). Para o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Márcio Portocarrero, a certificação garante a credibilidade do produto no mercado.

“Os consumidores do Brasil e do exterior exigem comprovação de que o produto oferecido apresenta critérios de sustentabilidade”, disse. O secretário destacou, que com a certificação, o País mostra ao mundo que produz de forma correta, sem ameaçar os biomas. “Os consumidores, que compram produtos brasileiros, estão contribuindo para a preservação do planeta”, frisou.

**Produção Integrada 2009** - O Sistema Agropecuário de Produção Integrada (Sapi) vai implantar 16 novos projetos, em 2009, nas áreas de produção sustentável da cana-de-açúcar, milho, espécies agrofloretais da Amazônia, plantas medicinais, flores, hortícolas e caprinocultura leiteira em diversos estados.

Outros 14 projetos de transferência e difusão de produção integrada serão implantados em onze estados, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Tocantins, Pernambuco, Paraíba, Pará e o Distrito Federal. Serão adotadas experiências bem sucedidas em regiões pioneiras.

Segundo o coordenador-geral de Sistemas de Produção Integrada, Luiz Nasser, as regiões Sul e Nordeste serão contempladas, também no próximo ano, com projetos de promoção, divulgação e fomento da produção integrada.

**Exportação** - O Brasil exportou, em 2007, mais de 120 mil toneladas de maçã cultivada pelo Sapi, volume que se aproxima de 20% do total da produção no País. Isso mostra o crescimento da percepção dos produtores de que a produção integrada permite a racionalização de insumos agrícolas, aumento da produtividade e da qualidade do alimento, além da preferência nos mercados nacional e internacional.

**Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura** - O programa Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura (ILPS) oferece ao produtor rural alternativas de renda. Iniciado em 2006, propõe a adoção simultânea de diferentes modelos de produção florestal e agroflorestal em uma mesma área. É possível associar a extração de fibras e madeiras com sistemas produtivos de grãos, carne, leite e agroenergia.

“A diversificação permite enfrentar a sazonalidade de mercado de alguns produtos. Assim, se ganha em produtividade e, também, em renda”, explica Sávio de Mendonça, diretor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade (Depros), da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo (SDC). Mendonça salienta que o produtor que adere ao sistema tem preferência no mercado internacional, que requer cada vez mais produtos resultantes de sistemas sustentáveis.

Outra vantagem é a possibilidade de transformar áreas de pastagens degradadas em produtivas, reduzindo o desmatamento. Atualmente, o Brasil tem mais de 70 milhões de áreas degradadas que podem voltar a produzir. Ações do ILPS já se desenvolvem em estados como o Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Bahia. *(Da Redação)*

#### **Aumenta o número de licenças ambientais emitidas em 2008** – Sítio Eletrônico do MST – 05/01/2009

Com as 467 licenças emitidas neste ano, o Ibama superou em cem as licenças emitidas em 2007, quando o número ficou em 367. Do total de 2008, o órgão informa que 71% foram concedidas após Carlos Minc assumir o cargo de ministro do Meio Ambiente, em maio.

Uma das promessas de Minc ao substituir a senadora Marina Silva (PT-AC) na pasta foi justamente "destravar" o licenciamento do Ibama. Do total de licenciamentos concedidos neste ano, 42,7% referem-se a obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Entre os empreendimentos que receberam algum tipo de licença ambiental nesse ano estão a Usina Nuclear de Angra 3 e as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia.

**Pressão das transnacionais** - A licença de instalação parcial da Usina Hidrelétrica de Jirau, que será construída no Rio Madeira, no estado de Roraima, foi emitida em novembro de 2008 pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). A autorização foi dada para o consórcio de empresas liderado pela multinacional franco-belga Suez.

O começo da obra será a nove quilômetros de distância do local previsto no projeto original. A mudança ocorreu sem um novo o Eia-Rima (Estudo de Impacto Ambiental). As empresas e o Ibama consideram desnecessário o novo estudo e apontam que o desvio irá reduzir os impactos ambientais do empreendimento. O integrante da coordenação nacional do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), Gilberto Cervinski, contesta a afirmação.

“A liberação da licença sem estudos vai atender a pressão e o interesse dessas grandes empresas multinacionais. Os estudos ambientais feitos da forma que foram feitos, não são sérios. Quem fez esses estudos foram as próprias empresas privadas. Elas ajustaram conforme interesse delas”.

Para emitir a licença o Ibama fez algumas exigências às empresas, como investimentos de R\$ 1,5 milhão em pesquisa e desenvolvimento de espécies da fauna ameaçadas da região. Segundo Cervinski, as mesmas exigências já foram feitas a outras empresas e nunca foram cumpridas.

*(Com informações da Folha de S. Paulo)*

## **Embrapa busca soluções para enfrentar aquecimento global na agricultura – Sítio Eletrônico do MAPA – 07/01/2009**

**Brasília (7.1.2009)** - Os estresses climáticos, causados pelo aquecimento global, deixam o Brasil em situação vulnerável já para a safra de grãos de 2020. O aumento da temperatura pode gerar perdas financeiras da ordem de R\$ 7,4 bilhões naquele ano e subir para R\$ 14 bilhões em 2070. E alterar profundamente a geografia da produção agrícola no Brasil.

Os dados são da pesquisa “Aquecimento Global e a Nova Geografia de Produção”, realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O estudo deixa claro que a agricultura, o aquecimento global e os danos que as mudanças climáticas devem causar na produção agrícola mundial compõem um importante ciclo de causas e efeitos relacionados.

O trabalho aponta, ainda, para um prejuízo de mais de 20%, só no caso da cultura da soja. O café terá uma redução de quase 10% de área em 12 anos, tornando inviável a sobrevivência no Sudeste, enquanto a mandioca pode desaparecer da região do semiárido. Por outro lado, a região Sul, restrita a culturas adaptadas ao clima tropical por causa do alto risco de geadas, deverá experimentar uma redução desse evento extremo, tornando-se assim propícia ao plantio de mandioca, café e cana-de-açúcar, e não mais ao da soja, uma vez que a região deve ficar mais sujeita a estresses hídricos. E



a cana-de-açúcar pode se espalhar pelo País a ponto de dobrar a área de ocorrência, passando dos atuais seis milhões para 17 milhões de hectares, rendendo R\$ 27 bilhões mais que a safra de 2006.

Nesse cenário, que parece desolador, o Brasil ainda não está em risco, mas o modo de plantio precisa ser mudado. Algumas perdas podem ser inevitáveis, afinal o País só agora começou a se atentar para a vulnerabilidade e ainda não tomou as atitudes para evitar os impactos.

Se não forem tomadas ações para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e adaptar as culturas à nova situação, deve ocorrer uma migração de plantas para regiões em busca de condições climáticas favoráveis. Áreas que atualmente são as maiores produtoras de grãos podem não estar mais aptas ao plantio bem antes do fim deste século.

Para o pesquisador da Embrapa e autor do estudo, Eduardo Assad, o mais importante é investir em pesquisa. “Sem isso, não adianta querer mudar simplesmente de um local para outro. É preciso planejamento”, afirma. Pesquisas da Embrapa, de empresas estaduais de pesquisa e de universidades brasileiras vêm buscando soluções. Em termos de adaptação, variantes genéticas de soja, milho, feijão, café, mandioca e algumas frutas mais tolerantes às altas temperaturas e escassez de água estão sendo desenvolvidas em laboratório. Simultaneamente são pesquisadas medidas preventivas de mitigação do problema.

Diversas práticas agrícolas conhecidas podem diminuir as emissões de carbono e aumentar o sequestro de gás da atmosfera, como a integração lavoura e pecuária, a utilização de sistemas agroflorestais e o plantio direto. A idéia é otimizar o solo e melhorar o manejo das culturas e das áreas de pastagens.

Eduardo Assad alerta que o objetivo do estudo é mostrar a vulnerabilidade do País. “Tudo está perdido? Não”, explica. “Fechar os olhos para isso é que não podemos, pois temos como evitar. Não teremos um problema de segurança alimentar por irresponsabilidade”.

**Por uma nova política de preservação** - Nestor Goulart Reis – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/01/2009

O sistema de planejamento urbano, o de proteção do patrimônio cultural e o mercado imobiliário estão em rota de colisão, nas áreas metropolitanas e nas principais cidades. Os conflitos estão aparecendo com frequência crescente nos jornais. As vítimas são as próprias cidades e sua população.

Estabelecido em 1937, o processo atual de tombamento de bens de interesse para o patrimônio cultural do País prevê a análise de cada caso, isoladamente. O mesmo ocorre com a gestão dos bens “tombados” (inscritos nos livros de registro, chamados “livros de tomo”) e com os estudos de problemas de visibilidade ao redor das áreas de proteção, chamadas de áreas envoltórias, que são avaliadas caso a caso. Não há visão urbanística. Os edifícios são estudados e protegido como objetos isolados. Esse processo mostra-se inadequado para definição dos bens culturais de metrópoles como São Paulo e para definição de procedimentos para sua proteção.

Entre 1937 e 1940 foram tombadas pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) - hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) - umas poucas centenas de edifícios, distribuídos pelos vários Estados. O País era predominantemente rural. Dos cerca de 40 milhões de habitantes, pouco mais de 10 milhões viviam nas cidades. O dinamismo econômico era muito limitado. Com poucas exceções, nas principais cidades, como nas de pequeno porte, os cenários e os edifícios significativos ainda não estavam sendo seriamente ameaçados, a não ser pelo abandono e pelo desgaste do tempo.

Nesse quadro, a atuação isolada do órgão federal então recém-criado parecia mais do que suficiente e altamente satisfatória. A qualidade excepcional de seus quadros técnicos lhe conferia um papel de destaque no País.

Em 1938, com Ouro Preto, teve início o processo de tombamento de cidades históricas, com critérios ainda muito vagos. Para definir o perímetro de proteção estabeleceu-se que estariam nessa condição os espaços “até onde a vista alcança”.

Passados 30 anos, no final da década de 1960 a 1970, o quadro já era outro. A população do País crescia em ritmo acelerado e a população urbana aumentava com intensidade ainda maior. O Brasil tornava-se um país urbano e se industrializava. Muitas das antigas capitais se transformavam em áreas metropolitanas. As cidades menores, acessíveis pelas novas rodovias, cresciam e se transformavam. O patrimônio cultural estava sendo ameaçado e destruído em nova escala. Os serviços para preservação dos remanescentes teriam de ser reorganizados, em escala equivalente.

Seguindo em princípio o modelo do Iphan, começaram a ser criados órgãos especializados em diversos Estados e municípios. Um estímulo importante foi a criação do Programa de Cidades Históricas, financiado pelo BNH, visando ao fortalecimento das atividades turísticas como forma de desenvolvimento econômico. As ações de preservação deslocavam-se do esquema de tombamento de edifícios isolados para formas mais abrangentes de atuação.

A ação intensa no meio urbano envolveu uma série de questões até então ignoradas e vem induzindo novas formas de operação, que recomendam debates sobre princípios, objetivos e limites. Não menos importante, ocorrem interferências e sobreposições complexas com outros setores, gerando conflitos de competência.

É oportuna a discussão de algumas dessas questões.

As formas de atuação nas cidades de maior porte estão envolvendo cada vez mais questões relacionadas ao jogo complexo de relações entre preservação e renovação de bairros tradicionais. De modo muito simples, a questão pode ser expressa nos seguintes termos: até onde preservar, até onde renovar e como estabelecer as relações entre essas duas tendências, aparentemente contraditórias. Hoje, em São Paulo, com a existência do Condephaat, órgão estadual do setor, e do Conpresp, no âmbito municipal, há um número muito elevado de edifícios a serem preservados, apenas no centro da cidade e nos bairros mais antigos. Se incluirmos nessa relação as áreas envoltórias de cada um desses locais, vamos ter um mapa extremamente complexo. Nessas áreas não é possível atuar em termos urbanísticos de modo coordenado se as decisões continuarem

a ser tomadas caso a caso, a partir de proposição de cada um dos órgãos interessados e das iniciativas de qualquer cidadão.

É indispensável que o governo do Estado e a Prefeitura adotem procedimentos semelhantes ao dos países europeus. Devem ser elaborados planos de conjunto para cada um desses bairros, identificando todos os pontos de interesse e todos os possíveis conflitos, prevendo medidas de estímulo à sua reciclagem. A aprovação desses planos deve ter validade por 10 ou 20 anos.

As diretrizes de política pública devem focalizar os objetos de preservação. Ao mesmo tempo, devem definir parâmetros para atuação do mercado imobiliário. Por um lado, coibindo intervenções inadequadas. Por outro, estabelecendo espaços protegidos e reciclagem dos demais, para garantir um bom padrão de vida urbana. Como sabem os profissionais ligados à preservação de bens culturais, o que conserva os edifícios é o uso, em conformidade com as diretrizes fixadas no plano técnico.

Os mais belos e os mais adequados projetos são aqueles capazes de articular conjuntos bem proporcionados das obras mais antigas com espaços contemporâneos, conferindo nível elevado de qualidade estética a esses ambientes e perfeita integração das obras do passado à vida presente.

As áreas de interesse histórico podem e devem ser integradas de modo adequado à vida contemporânea. Seu interesse para o presente garante sua sobrevivência e pode atrair investimentos para sua conservação.

**\*Nestor Goulart Reis, arquiteto e sociólogo, é professor-titular da FAU-USP**

**Minc rebate crítica de Capobianco** - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida &  
- 09/01/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, rebateu afirmações feitas por João Paulo Capobianco, secretário-executivo na gestão de sua antecessora Marina Silva, segundo as quais ele, Minc, faz uma gestão “excessivamente personalista”. “Capobianco era fortíssimo no ministério. Embora tenha vindo do movimento SOS Mata Atlântica, não conseguiu aprovar o decreto sobre a mata. Não dialogou nem interna nem externamente, não falou com o Congresso nem com o setor produtivo”, disse Minc, que está no Rio em férias.

Em entrevista exclusiva ao Estado, publicada no dia 2, Capobianco afirmou que Minc sofreu uma “derrota imensa” no acordo para que o nível de enxofre no diesel caia de 500 partículas por milhão para 50 (S-50), e, mesmo assim, tenta passar a ideia de que foi vitorioso. Minc discordou totalmente. “O Capobianco ficou cinco anos e meio no ministério e não conseguiu fazer nada para melhorar o diesel. Eu, com sete meses, fiz o acordo. Agora mesmo, nas capitais, ônibus e caminhões andam com o diesel S-50. E, em 2012, baixaremos para o diesel com 10 partículas, o S-10. Ganhamos etapas.”

Capobianco também afirmou que a agenda ambiental “não pode ser monopólio de um ou outro ministro; precisa fazer parte de uma visão de Estado, e essa visão não existe”. Em sua avaliação, o próprio presidente Lula não tem visão ambiental estratégica, “nem considera que seja uma questão estratégica”.

**INTRANSIGÊNCIA** - “Eu faço exatamente o contrário do que fez o Capobianco, que não dialogava com ninguém. A intransigência dele acabou por isolar a ministra Marina. Minha gestão é de diálogo. Para dentro do ministério, com o Executivo, com outras áreas do governo e com o Congresso”, rebateu. “Toda segunda-feira faço reunião com todos os secretários. Não falta ninguém. Nossas decisões principais são tomadas nessas reuniões. O clima mudou. Eu converso com o Guilherme Cassel (ministro do Desenvolvimento Agrário), o Reinhold Stephanes (da Agricultura), o Edison Lobão (de Minas e Energia). Enfrentei a questão dos desmatamentos feitos pelo Incra, o que não foi fácil e que o Capobianco ignorou. Chegamos a um acordo. Vamos fazer reforma agrária com a garantia da preservação do meio ambiente.” Minc afirmou ainda que tem diálogo com a sociedade civil. “Ambientalistas e cientistas sempre pediram para o Brasil ter metas para o clima. Passaram-se anos e não tínhamos. Agora, na minha gestão, conversamos com o fórum do clima, com ONGs e pesquisadores e conseguimos mudar a posição do governo brasileiro. O Brasil não tinha metas e passou a ter. Isso foi elogiado pelo Al Gore (ambientalista, Prêmio Nobel da Paz) e pela ONU.”

**Calor extremo pode virar regra em 2100** - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 09/01/2009

O clima vai esquentar para valer nas próximas décadas com a intensificação do aquecimento global causado pelo acúmulo de gás carbônico na atmosfera. Segundo um estudo publicado hoje na revista Science, até o fim deste século as temperaturas médias no verão poderão ser mais altas do que as máximas registradas nos anos mais quentes do século passado.

Eventos extremos, como a onda de calor que matou milhares de pessoas na Europa em 2003, poderão se tornar norma em muitos lugares do mundo, com impactos severos sobre a produção de alimentos e a qualidade de vida das pessoas.

Os países mais impactados nesse cenário serão os das regiões tropical e subtropical, como o Brasil, onde as temperaturas já são naturalmente mais elevadas. “É bom se preparar para verões muito, muito quentes”, disse ao Estado o pesquisador David Battisti, do Departamento de Ciências Atmosféricas da Universidade de Washington (EUA), que assina o estudo. “Vamos ver temperaturas elevadas como nunca se viu antes.”

Segundo Battisti, há uma probabilidade altíssima (acima de 90%) de que as temperaturas recordes de hoje serão as temperaturas médias de amanhã em grandes áreas dos trópicos e subtropicais - onde vivem as populações mais pobres, mais dependentes da agricultura e, conseqüentemente, as mais vulneráveis (mais informações nesta página).

O impacto sobre a produção de alimentos poderá ser desastroso, como já mostraram alguns eventos climáticos do passado. Em 2003, a onda de calor na Europa não só matou milhares de pessoas como reduziu em 20% a 35% a produtividade das lavouras de milho, trigo e frutas na França e na Itália. Em 1972, uma onda de calor na ex-União Soviética deflagrou uma crise global no mercado de cereais.

Segundo Battisti, modelos agrícolas e climáticos indicam que cada 1°C a mais pode reduzir a produtividade agrícola de 2,5% a 16%. Na França, o verão de 2003 foi 3,6°C mais quente do que a média histórica. No caso soviético, os termômetros variaram de 2°C a 4°C acima do normal.

“Esses eventos históricos nos dão uma ideia do que pode acontecer no futuro”, avalia o pesquisador José Marengo, especialista em mudanças climáticas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). “Situações extremas como essas poderão se tornar mais intensas e mais frequentes.”

O estudo é baseado em um combinado de 23 modelos climáticos usados no último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). As projeções tomam como base um aumento de 2,8°C na temperatura média do planeta, em comparação com o século passado, e uma concentração de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) de 700 partes por milhão (ppm) no ano 2100 - quase o dobro da atual.

**CASO BRASILEIRO** - Estudos brasileiros também alertam para possíveis efeitos severos do aquecimento global sobre a agricultura brasileira. Em um trabalho recente, financiado pela Embaixada Britânica, pesquisadores da Embrapa e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) calculam que o agronegócio brasileiro poderá perder até R\$ 7,4 bilhões já em 2020 ou até R\$ 14 bilhões em 2070 se nada for feito para adaptar o setor às novas condições climáticas que estão por vir.

Segundo o pesquisador Hilton Silveira Pinto, da Unicamp, as projeções do estudo na Science estão em “total acordo” com as projeções do estudo brasileiro. Os cientistas ressaltam que, mesmo que haja uma redução significativa das emissões de CO<sub>2</sub>, parte das mudanças climáticas já é inevitável. Por isso, é preciso investir também em medidas de adaptação - por exemplo, no desenvolvimento de plantas tolerantes a secas e a altas temperaturas. Vários estudos estão sendo feitos nesse sentido no Brasil, principalmente com soja, feijão e alguns tipos de fruta.

Na avaliação do especialista em ciências atmosféricas - e produtor de café - Pedro Leite da Silva Dias, o estudo na Science retrata um cenário excessivamente alarmante e não necessariamente o mais provável, porque leva em consideração modelos extremos do IPCC que não reproduzem com fidelidade as condições climáticas do presente.

“Você pode fazer projeções com base nos extremos ou com base na média. Eu acho mais razoável discutir em cima da média”, afirma Dias, diretor do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).

**Com Minc, governo dá 39% mais licenças ambientais** – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 09/01/2008

A concessão de licenças ambientais pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) aumentou 39% após Carlos Minc assumir a pasta do Meio Ambiente, em 27 de maio.

O licenciamento ambiental é uma obrigação para a instalação de qualquer empreendimento e atividade potencialmente poluidores ou que degradem o ambiente, como ferrovias, hidrelétricas e rodovias.

A demora na concessão de licenças era a principal queixa contra a ex-ministra Marina Silva, e Minc entrou no governo com a missão de destravar o Ibama, do qual trocou o comando. Em julho passado, ele anunciou medidas como o prazo máximo de 13 meses para todas as etapas de licenciamento.

Ambientalistas dizem que o ministro cedeu à pressão política do governo para facilitar a liberação de licenças a empreendimentos, principalmente os do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Minc disse ontem à Folha que sofre pressões de ministros para liberar obras, mas que não cede. Ele afirmou ainda que encontrou muita burocracia no Ibama, ao tomar

posse. "Não é o tempo que uma licença demora que atesta sua qualidade. Você pode ficar dois ou três anos rolando lero e dar uma licença frouxa. A gente vai continuar nessa linha. Vamos avançar mais na simplificação ambiental e mais ainda no rigor", afirmou Minc.

As estatísticas sobre licenciamento do Ibama apontam que, de 27 de maio a 31 de dezembro, foram concedidas 324 licenças contra 233 no mesmo período de 2007, ainda na administração de Marina.

Na comparação com todo o ano de 2007, o Ibama expediu 374 licenças contra 469 durante 2008, um acréscimo de 25,4%. Os dados, porém, mostram que com Marina o instituto mantinha em 2008 o mesmo ritmo. De janeiro a maio de 2007, foram 141 licenças. No mesmo período do ano passado, 145 -aumento de 2,8%.

A assessoria de Marina disse que não a localizou para falar sobre o assunto. Para o diretor-executivo do Greenpeace, Marcelo Furtado, as medidas do Ibama para acelerar processos comprometem a qualidade das licenças. "A nossa luz amarela se tornou vermelha com a emissão de licenças como a de Angra 3", disse. "O licenciamento está mais rápido com uma agenda política do plano do governo."

Um assessor de confiança de Marina que trabalhou no ministério durante a gestão dela, disse que a licença concedida a Angra 3 é falha por não discorrer sobre o descomissionamento, ou seja, a descontaminação e o desmantelamento da usina após a vida útil. O Greenpeace endossa a mesma crítica.

Angra 3 recebeu licença prévia, que aprova sua viabilidade ambiental e localização, em 23 de julho passado. Outro processo que motivou críticas a Minc foi a concessão de licença de instalação (autoriza o início das obras) para a hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia. O Ministério Público Federal e ONGs entraram na Justiça contra a licença, dizendo que houve mudança em 9,2 km do eixo da barragem da usina sem estudo de impacto. A Justiça de Rondônia chegou a atender o pedido, mas a licença voltou a valer em dezembro por decisão do Tribunal Regional Federal.

### **Ministro diz não ceder a pressão de colegas para autorizar obras – Folha de São Paulo – Brasil – 09/01/2008**

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse não ceder à pressão recebida de ministros para licenciar obras. Ele citou dois casos: a hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, e a pavimentação da rodovia BR-319, que liga Porto Velho (RO) a Manaus (AM). Minc ainda defendeu a forma de licenciamento da usina Angra 3.

No caso de Jirau, a empresa Enersus (Energia Sustentável do Brasil), contratada para construir a usina, mudou em 9,2 km o eixo da barragem. Mesmo assim, o Ibama concedeu licença, em 14 de novembro, para início da obra. "A conclusão é que [a mudança no local da barragem] não aumenta o impacto ambiental. A empresa [Enersus] fez novos estudos, que foram discutidos em uma audiência com 2.000 pessoas em Porto

Velho", afirmou. Minc disse, porém, que o ministro Edison Lobão (Minas e Energia) pressionou para liberação da licença mesmo sem a conclusão dos novos estudos.

"O Lobão me apertou. Eu falei nem pensar. Sofri uma pressão brutal para dar junto com a licença [para a usina] de Santo Antônio, [também no rio Madeira], a licença de Jirau, mas [essa última] acabou saindo quatro meses depois."

Outra pressão partiu, segundo Minc, do ministro Alfredo Nascimento (Transportes). Minc disse que suspendeu o processo de licenciamento da BR-319 devido aos riscos da obra favorecer o desmatamento. A pavimentação da rodovia está orçada no PAC em R\$ 697 milhões. "Nesse negócio da BR-319 o ministro Nascimento quer me cortar o pescoço", disse. "Fui criticadíssimo."

Com relação a Angra 3, Minc disse que o licenciamento determinou que a operação da usina seja monitorada por instituição independente. "E não vai sair a licença de operação enquanto não tiver um local já construído para onde será levado o lixo atômico", disse. Sobre o descomissionamento, Minc disse que "vai ser outra licença". "É outro processo."

#### **Gasto com viagem dispara no Meio Ambiente – Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Brasil – 09/01/2009**

O estilo adotado por Carlos Minc desde que assumiu o Ministério do Meio Ambiente, em 27 de maio de 2008 -com prisões de desmatadores e apreensões de bois "piratas" realizadas pessoalmente pelo ministro- é uma das razões que levaram a pasta a se tornar o órgão do governo federal com o maior crescimento dos gastos com viagens no ano passado.

Em 2008 o ministério pagou em diárias, passagens e despesas com locomoção R\$ 37,1 milhões, ou 71% a mais que o valor gasto em 2007, quando a cifra fechou em R\$ 21,7 milhões.

O próprio Minc reconhece que o aumento foi impulsionado por suas ações de combate ao desmatamento, mas acrescenta que, durante sua gestão, houve um maior número de licenciamentos ambientais.

Somente o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), órgão ligado à pasta, gastou R\$ 24,5 milhões com viagens em 2008, o equivalente a 66% dos gastos totais do ministério (R\$ 37,1 milhões).

**Tendência** - O aumento de gastos do Meio Ambiente reflete porém uma tendência de todo o governo: as despesas da União com essa rubrica cresceram 18% no ano passado em relação a 2007, índice superior à inflação de 6,2% registrada pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) no período. De um ano para o outro, as despesas passaram de R\$ 1,22 bilhão para R\$ 1,44 bilhão.



Considerando o mesmo índice de correção, medida inflacionária calculada pela Fundação Getulio Vargas, a cifra é a maior desde o último ano do governo FHC (1995-2002).

O levantamento realizado no Siafi -o sistema de acompanhamento de gastos da União- foi feito pela ONG Contas Abertas a pedido da Folha. Em um ano marcado pelo aumento da máquina pública, reajustes a servidores e, nos últimos meses, pela crise econômica, o aumento foi puxado, entre outros, pelos gastos do Judiciário com as eleições municipais: em 2008 a Justiça gastou 45% a mais que no ano anterior, pulando de R\$ 61,8 milhões para R\$ 89,9 milhões.

Em valores brutos, o Poder Executivo, que emprega 89% dos servidores ativos da União, é responsável pela maior parte da conta. Nos 12 meses de 2008, ele gastou com diárias, passagens e despesas com locomoção R\$ 1,2 bilhão -quase R\$ 200 milhões a mais que no período anterior.

O órgão que lidera os gastos da União é o Ministério da Defesa, responsável por pagar R\$ 207,8 milhões com viagens. Já na comparação per capita entre os três Poderes, o maior valor dispensado em viagens é de responsabilidade do Legislativo, que tem o menor número de servidores (24.608): R\$ 4.654 por funcionário público, contra R\$ 1.231 do Executivo (um milhão de servidores) e R\$ 970 do Judiciário (92.768).

Num ano em que os congressistas viajaram muito para as suas bases eleitorais, em razão das eleições municipais, a Câmara e o Senado também registraram aumento nas despesas: 8% e 18%, respectivamente. O valor das diárias varia entre os Poderes: no Executivo elas são menores, entre R\$ 57 e R\$ 187; no Judiciário elas vão de R\$ 132 a R\$ 614; e no Legislativo, de R\$ 126 a R\$ 330.

Em todos os casos, os valores são definidos de acordo com o cargo do servidor e o destino da viagem. Os gastos precisam de comprovação. Segundo dados do Ministério do Planejamento de novembro, a União tem atualmente 1,12 milhão de funcionários na ativa.

São Paulo tem vocação natural para deserto. Só não é terra seca porque existem os Andes e a Amazônia. "Os Andes não vão sair de lá, a não ser que aconteça um cataclisma. Mas destruir a Amazônia para avançar a fronteira agrícola é dar um tiro no pé do agronegócio." O agrônomo Antonio Nobre, 50 anos, 22 deles vividos na Amazônia e autor da frase acima, tem se dedicado a estudar e dar visibilidade aos trabalhos de colegas sobre o regime de chuvas no país, uma área difícil, de poucos dados, e fundamental no horizonte do aquecimento global. "A Amazônia é uma bomba hidrológica gigantesca que traz a umidade do Oceano Atlântico para dentro do continente e garante que a região responsável por 70% do PIB da América do Sul seja irrigada", continua. Davilym Dourado/Valor

Antonio Nobre vem de família rara. O pai era jogador de futebol, a mãe, pintora. Criaram seis filhos com DNA dominante de cientista. O irmão mais velho é Carlos Nobre, um dos maiores climatologistas do país. Paulo estuda como a destruição da Amazônia afeta os oceanos e é pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), onde também trabalham Carlos e Antonio. Outro irmão é professor da Fundação Getúlio Vargas, o caçula faz doutorado em ecoturismo no Colorado (EUA). A única mulher do time é psicóloga e astróloga - "faz pesquisa no sutil", diz Antonio, casado com uma pesquisadora do Inpe.

Com mestrado em biologia tropical pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (o Inpa, de Manaus), e doutorado em biogeoquímica pela Universidade de New Hampshire, há cinco anos Antonio é o homem do Inpa dentro do Inpe. Em sua sala em São José dos Campos (SP), rodeado por quadros da mãe, busca conectar a experiência amazônica com o que os satélites enxergam do espaço. Como todos os cientistas que se dedicam à mudança climática, o que vê não é promissor. "Temos cinco ou seis anos para impedir que uma catástrofe maior se estabeleça."

Entre os mais novos estudos que vem recolhendo sobre o regime das chuvas, há dados impressionantes. A Amazônia evapora, em um único dia, 20 bilhões de toneladas de água. "Este rio voador, que sai para a atmosfera na forma de vapor, é maior que o maior rio da Terra", diz Antonio, comparando o potencial de chuvas da Amazônia às 17 bilhões de toneladas de água que o Amazonas lança todos os dias no Atlântico. "Está se descobrindo que a floresta é dez vezes mais importante do que se imaginava", diz ele. "Estudos mostram que, nas regiões com floresta, a chuva continua igual por 500 km, 2 mil km; nas regiões do mundo onde ela foi tirada, dentro do continente é deserto", explica.

O cientista lembra que as primeiras consequências do desmatamento já são sensíveis. Em Tocantins, Pará e Mato Grosso já se detectam temperaturas muito altas. O Rio Grande do Sul está perdendo safras. "Não é para parar com o desmatamento da Amazônia em 2015. Era para parar ontem. Tem que ser zero, nenhuma árvore mais derrubada. Precisamos replantar a floresta." Aqui, Nobre explica como chuvas, ventos, oceanos e florestas estão interligados e por que alterar este equilíbrio pode trazer danos irreversíveis à vida:

Valor: Como o senhor interpreta as chuvas que castigam Santa Catarina, Minas, Espírito Santo?

Antonio Nobre: O único comentário que tenho é que lamentavelmente isso pode ser fichinha diante do que está vindo. Eventos extremos sempre aconteceram, mas a Terra tem mecanismos de atenuação. Agora, como a humanidade tem perturbado esses mecanismos, estamos tendo um aumento de frequência desses eventos. Professores da

Universidade Federal de Santa Catarina disseram que o sofrimento que esta chuva produziu é quase 100% responsabilidade da forma como foi feita a ocupação naquela região. É o mesmo que acontece em Minas, no Rio e está sendo imposto na Amazônia. Um sofrimento decorrente de construir em encostas íngremes, de cortar floresta e deixar a região fragilizada. O problema não é da natureza, é humano. Santa Catarina é uma região propensa a esse tipo de evento, infelizmente. Mas também é uma prova da falência do sistema político brasileiro, que só atende ao imediatismo. O Código Florestal, desrespeitado, é de 1965 e nem leva em consideração as mudanças climáticas. Se levasse, seria muito mais restritivo, porque só temos cinco ou seis anos para impedir que a catástrofe maior se estabeleça sem chance de retorno.

Valor: O Brasil está enxergando a Amazônia com outros olhos?

Nobre: O imaginário coletivo coloca nas florestas tropicais de modo geral, e na Amazônia, de modo particular, a sensação de algo de muito valor, de coisa grandiosa, mística. A Amazon.com não escolheu seu nome à toa. As pessoas atribuem esse valor ao sentido de paraíso perdido, de riqueza, de vida. Isso é senso comum. Exceto por um povo no mundo: o brasileiro.

Valor: Por quê?

Nobre: Porque o brasileiro médio acha que está deitado eternamente em berço esplêndido. E ele entende por isso vastas áreas propícias para agricultura, chuvas plenas, clima ameno, rios caudalosos que permitem geração de energia, um eldorado de minerais e agora o petróleo. É um país abençoado. Isso define a visão ufanista de que temos valores extraordinários no Brasil.

Valor: E não é assim?

Nobre: Analise o que falei: área para agricultura, água nos rios para energia, biocombustíveis, minerais, não tem nada vivo! Bem, a agricultura é viva, mas não é natural. O berço esplêndido do brasileiro é a terra aberta, não há registro da nossa herança viva. É a nossa visão cultural. O verde está lá, tremulando na bandeira, mas não o valorizamos.

Valor: Por que não?

Nobre: Várias razões. Uma é a que chamo herança maldita dos invasores. O europeu que chegava aqui, na colonização, era o que tinha de pior naquela sociedade. Mercenários que encontravam uma terra sem lei nem rei, onde havia uma floresta de vigor incrível, ouro, povos sem exército nem pólvora. Toda essa abundância ofertada obscenamente para pilhagem. E com o agravante da Igreja, que dizia que os povos da terra não tinham alma enquanto não fossem batizados. Portanto, o conhecimento da natureza que esses povos tinham valia zero. Assim se removeu o saber indígena do "pool" cultural do brasileiro e o pouco caso com o ambiente passou a fazer parte do nosso caráter.

Valor: Como se muda isso?

Nobre: Primeiro reconhecendo que tem carrapato em cima da vaca. Por que o brasileiro chama floresta de mata? Mata é coisa sem valor. Porque era assim para o invasor e nós perpetuamos a rapina. Continua ativa a mesma mentalidade, hoje disfarçada de direito, que faz parte do nosso sistema de valores, foi incorporada no governo e se disfarçou. Agora se chama desenvolvimento. Temos que reconhecer esse fardo ignaro e pensar positivamente para frente. Parar de brigar ambientalista com desenvolvimentista e redescobrir nossa identidade. O brasileiro tem uma reação forte contra pirataria: "Estão roubando os nossos bens", diz, indignado. Mas um ataque sem precedentes aos biomas, com tratores e correntões, motosserra e fogo não desperta revolta. É claro que temos que desenvolver, precisamos de agricultura. O Blairo Maggi [governador do Mato Grosso e

um dos maiores produtores de soja do mundo] perguntou outro dia se queremos árvores ou se queremos comida. É um dilema totalmente falso.

Valor: Por quê?

Nobre: Porque sem árvores não tem água e sem água não tem comida. Uma tonelada de soja consome várias toneladas de água para ser produzida. Quando exportamos soja, estamos exportando água doce para países que não têm esta chuva e não podem produzir. É o mesmo com o algodão, com o álcool. Água é o principal insumo agrícola. Se não fosse assim, o Saara seria verde, porque tem solos fertilíssimos.

Valor: As pessoas acreditam que chuva é um fenômeno eterno...

Nobre: Pois é. Mas pense numa caixa d'água. Se tem só um cano saindo e nenhum entrando, vai esvaziar. Os rios saem dos continentes e vão para o oceano. Precisa ter alguma volta de água ou seca o continente.

Valor: De onde vem essa água?

Nobre: Essa é uma pergunta que ninguém se faz. Aprendemos assim na escola: a água salgada do mar evapora pela ação do sol, o sal fica no mar e a água doce forma as nuvens. O vento sopra a umidade, chove no continente e a água volta para os rios.

Valor: Está errado?

Nobre: Então devia ter água em todos os continentes da Terra, mas existem desertos, não é? É só olhar o globo e ver que em toda a zona equatorial tem florestas. Ou tinha, as estamos destruindo. Mas nas áreas contíguas, a 30 graus de latitude norte e sul, existem desertos. O Kalahari, deserto da Namíbia, o Atacama, o Saara. Isso tem uma explicação, chama-se circulação de Hadley: a parte central do planeta recebe maior radiação solar, ilumina muito, é uma área muito quente, evapora muita água, a evaporação produz chuvas na região. A produção de chuva faz com que o ar circule assim: sobe no Equador e desce a uns 30 graus norte e sul. O ar que sobe, perde umidade, chove; quando desce rouba umidade da superfície e formam-se os desertos. Só há duas exceções, no Sul da China, um lugar atrás do Himalaia, e na região que produz 70% do PIB da América do Sul, o quadrilátero que vai de Cuiabá a Buenos Aires e de São Paulo aos Andes. Toda essa atividade econômica depende de chuva. Se prevalecesse a circulação de Hadley, seria deserto também. Teria floresta na Amazônia e aqui não teria nada.

Valor: E por que não é deserto?

Nobre: Por duas razões. Uma, publicada pelo José Marengo [outro especialista em clima, do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Inpe]. Se esta região deveria ser deserto e não é, tem algo na América do Sul que é diferente. O quê? Os Andes, uma parede de 6 mil metros de altura, que corta o continente até a Patagônia. Funciona assim: a massa de ar gira sempre de leste para oeste em cima do Equador e o vento sopra ao contrário na faixa entre a zona equatorial e a polar. A umidade do Atlântico entra sobre a Amazônia, a floresta a mantém, e se não existissem os Andes passaria direto ao Pacífico. Mas o ar bate na cordilheira e no verão consegue chegar ao sul e irrigar o nosso quadrilátero produtivo.

Valor: É uma chuva importante?

Nobre: Significa mais de 90% da chuva que cai na região. A transmissão de umidade da Amazônia para o centro agrícola da América do Sul é o que faz produzir e não deixa a área virar deserto. A condição dos Andes é importante, é por isso que o pessoal diz que o Acre é onde o vento faz a curva. Mas é o segundo fator que considero o mais importante: temos uma esponja verde como cabeceira de água na América do Sul, a floresta amazônica. As árvores conseguem evaporar mais água do que os oceanos por unidade de área.

Valor: Como é esta comparação?

Nobre: Uma árvore grande, com copa de 20 metros, chega a evaporar 300 litros de água por dia. No oceano, 1 m<sup>2</sup> é 1 m<sup>2</sup> de superfície evaporadora. Mas 1m<sup>2</sup> de floresta chega a ter 8, 10 m<sup>2</sup> de folha. Evapora oito, dez vezes mais que o oceano. A floresta é como um radiador de automóvel, é um evaporador otimizado. As folhas são distribuídas em vários níveis por 40 m de altura. O vento vem, encontra a superfície cheia de galhos, faz turbulência, gira, entra pelo meio. Isso ajuda a remover umidade da superfície. Medimos o quanto a Amazônia evapora, é um número astronômico: 20 bilhões de toneladas de água em um dia. Para ter idéia do que é este volume, o rio Amazonas lança 17 bilhões de toneladas de água por dia no Atlântico. Este rio voador, que sai para a atmosfera na forma de vapor, é maior que o maior rio da Terra.

Valor: É por isso que o senhor diz que avançar a fronteira agrícola para a Amazônia é dar um tiro no pé?

Nobre: Claro. A Amazônia é uma gigantesca bomba de água. A evaporação precisa do sol para acontecer. Calculamos quanta energia seria necessária para evaporar toda aquela água. Quantas Itaipus precisaríamos para evaporar um dia de água da Amazônia? Precisaríamos de 50 mil Itaipus a plena carga.

Valor: Como atua essa bomba?

Nobre: Cerca de 50% da chuva cai de novo na floresta. O fato de ela absorver essa energia toda na superfície e liberar em altitude, onde condensam as nuvens, produz circulação atmosférica. A floresta gera uma bomba que puxa o vento do oceano para dentro da terra. Chega este ar cheio de umidade, chove, a floresta evapora, o ar úmido continua seu caminho para dentro do continente, chove de novo. São 4 mil km até os Andes. Quando alcança os Andes, ainda está carregado de umidade, bate na cordilheira, desce e vai irrigar as plantações de soja do Centro-Oeste, Sudeste, Sul e segue. Estudos mostram que nas regiões com floresta, a chuva continua igual por 2 mil km. Nas regiões onde foi tirada, lá para dentro do continente é deserto. As primeiras conseqüências do desmatamento já estão disponíveis. O Rio Grande do Sul já está perdendo safras. Se desmatarmos e enfraquecermos a bomba, a região toda vai secar, porque é seu destino natural.

Valor: A Amazônia, então, é fundamental para a agricultura?

Nobre: Está se descobrindo que a floresta é dez vezes mais importante do que se imaginava. Tem outros fatores, também: a floresta faz chover. Essa foi uma descoberta fantástica do projeto LBA (Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia). Gotas precisam de alguma coisa sólida para se formarem, é fácil perceber quando se tira uma garrafa de refrigerante da geladeira e formam-se gotinhas em volta. A floresta emite vapores orgânicos para a atmosfera, que funcionam como sementes de nuvens. Mas precisa ser a quantidade certa para chover, se tiver demais não chove. A fumaça das queimadas introduz partículas demais na atmosfera, seca as nuvens e elas não chovem. Durante o período seco, das queimadas, a floresta sempre mantinha uma chuvinha que a deixava úmida e não-inflamável. Agora passam dois meses sem chover. A floresta começa a ficar muito seca e o fogo entra por ela. As árvores da Amazônia, diferente do Cerrado, não têm resistência ao fogo. Um fogo bobo mata todas as árvores que têm raízes rasas, e aquela floresta está condenada. Existem árvores imensas sendo destruídas assim.

Valor: Então é um mito que a Amazônia é muito forte?

Nobre: É forte quando o regime de chuvas está perfeito, mas com fogo, correntão e motosserra fica difícil. Em Tocantins, está dando 40 graus. No Pará e no Norte do Mato Grosso, registramos temperaturas muito altas. Cuiabá é quentíssima. Já está em curso um processo que a gente não sabe se é sem volta e temos que acabar com a hipocrisia

que acende esse debate. Não é para parar com o desmate em 2015. Era para parar ontem, zero, nenhuma árvore mais derrubada. Temos que replantar a floresta.

Valor: O sr. faz uma espécie de militância científica?

Nobre: Foi o efeito da floresta no meu espírito. Eu me senti muito frustrado com tudo o que vivenciei na Amazônia. Tive uma fase de militância ambientalista, depois vi que temos que ter pé no chão e não falar só "não pode". Mas, se destruímos as florestas, vamos estourar o nosso sistema climático. A condição do sistema terrestre hoje é a de já estarmos na UTI com falência múltipla de órgãos. Isso é o aquecimento global. A queima de combustíveis fósseis tem papel importante, mas a destruição dos órgãos de manutenção do clima, florestas e oceanos é o principal fator para o descontrole global. Não adianta todos os carros virarem elétricos se continuarmos a desmatar.

Valor: Quem conhece as coisas da Amazônia?

Nobre: Os povos nativos, intuitivamente. Mas são desrespeitados, não são valorizados. Temos que considerá-los um dia, se quisermos ser uma grande nação. E existe o conhecimento científico disperso em uma enorme variedade de disciplinas. Eu sou um garimpeiro de pérolas, em diferentes áreas. É isso que faço, ligo uma coisa à outra.

Valor: O senhor é otimista sobre a nossa mudança de consciência?

Nobre: Não consigo ver a mudança sem passarmos, infelizmente, por uma catástrofe. Aqui, o crescimento sem controle do agronegócio está danificando o funcionamento hidrológico da América do Sul. Enquanto lá fora se fala em serviços ambientais, aqui é só agronegócio, aço, minério, assuntos do século XX. A gente só chega depois, temos mentalidade de colônia até hoje. Mas o mundo vai depender cada vez mais dos nossos serviços ambientais. O Brasil não é só grãos.

### **Ruralistas querem excluir Maranhão da Amazônia Legal – Sítio Eletrônico do MST – 12/01/2009**

Pecuaristas, empresários e prefeitos do Sul do Maranhão se uniram para defender a exclusão do estado da Amazônia Legal. Parte dos municípios maranhenses (Imperatriz, Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu e Itinga do Maranhão, entre outros) faz parte da Amazônia Legal, área em que vigora a regra de preservação de 80% da Reserva Legal, ou seja, apenas 20% das propriedades podem ser desmatadas para uso econômico.

Com o intuito de modificar essas restrições, o Sindicato dos Produtores Rurais de Açailândia (MA) e de Imperatriz (MA), bem como as dez prefeituras que fazem parte da AMRT (Associação dos Municípios da Região Tocantina) e a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, divulgaram a "Carta Aberta da Região Tocantina", em que defendem a redução dos limites de preservação da Reserva Legal e Área de Proteção Permanente (APP) (matas ciliares, cobertura vegetal de nascentes etc.) para 35%, seguindo a proporção atualmente adotada para as fazendas localizadas no Cerrado.

Para esses segmentos, a exclusão do Maranhão da Amazônia Legal proporcionaria mais benefícios para a região, já que os empreendimentos agropecuários seriam estimulados, favorecendo a geração de emprego e renda, "variáveis que interferem diretamente nas questões sociais e na melhoria da qualidade de vida da população". Eles enxergam "falta de sensibilidade com as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável que são próprios do nosso estado e, em especial, da nossa região" em algumas das recentes medidas do governo federal para o combate ao desmatamento na Amazônia.

Segundo eles, essas ações "põem em risco o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade da nossa economia, antes estimulada para o desenvolvimento do setor agropecuário, responsável pelos avanços até a presente data". Localiza-se, próximo às fronteiras que unem Maranhão, Pará e Tocantins, no chamado Bico do Papagaio (entre os rios Araguaia e Tocantins), uma das maiores concentrações de casos de trabalho escravo no país.

Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Açailândia, José Egídio Quintal sustenta que "o aumento [da área passível de desmate] é uma necessidade do desenvolvimento sustentável, pois a região em questão é uma área de transição e não Amazônia propriamente dita". Propriedade do próprio José Egídio foi alvo de flagrante de trabalho escravo em recente operação do grupo móvel do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

Na própria Carta Aberta a nas declarações do pecuarista José Egídio, porém, a confusão com os números referentes à Reserva Legal fica patente. Apesar de defender que o estado como um todo seja excluído da Amazônia Legal e que a regra do Cerrado (preservação de 35% das áreas) passe a ser adotada, um outro item do documento estabelece que, nas propriedades ainda não exploradas, seja adotada o limite de 50% nas áreas de florestas, "de forma a evitar tratamento diferenciado e com o princípio constitucional da isonomia".

O próprio José Egídio declara que "não é contra a preservação ambiental, mas que as fronteiras do agronegócio de fato já foram abertas" e propõe o limite de 50% para a Reserva Legal. Além da permissão para desmatar uma porcentagem maior da terra, os produtores rurais querem também que o reflorestamento com espécies exóticas seja aceito como parte da área preservada, além da compensação com outras áreas dentro do próprio estado e da contrapartida financeira em troca da "renúncia à derrubada das matas".

Na época da construção da Rodovia Transamazônica, lembrou o ruralista José Egídio, o governo incentivava e até exigia a abertura das fronteiras. Para ele, hoje é muito difícil manter a floresta intacta: conservar 80% de Reserva Legal, como determina o Código Florestal, é "impossível".

De quebra, os fazendeiros pedem ainda que o governo estadual do Maranhão e o Fórum dos Governadores da Amazônia Legal (cujas propostas, como a regularização fundiária em caráter de urgência, contam com o apoio dos signatários da Carta Aberta), "adotem medidas que possam produzir efeitos legais no sentido de suspender ações impetradas pelos órgãos ambientais, bem como a suspensão temporária dos processos administrativos e judiciais já iniciados, inclusive quanto à aplicação de multas que venham a punir produtores rurais, até que o Zoneamento Ecológico-Econômico e o Macrozoneamento da Amazônia sejam concluídos".

Eles requisitam ainda que o governo estadual faça uma "gestão junto ao governo federal" para suspender os efeitos da Resolução 3.545, do CMN (Conselho Monetário Nacional), que proíbe a liberação de recursos do crédito rural oficial à proprietários rurais que não estejam em dia com a documentação de titularidade fundiária e de regularidade ambiental.

Depois da divulgação da "Carta Aberta da Região Tocantina" em agosto do ano passado, uma comissão representando os fazendeiros foi a Brasília em novembro último para apresentar seus pleitos.

O padre Dário Bossi, da Paróquia São João Batista, em Açailândia (MA), ressalta que os pedidos dos fazendeiros estão sendo colocados em prática há muito tempo. Para ele, a necessidade de novos empréstimos bancários justifica a mais recente mobilização dos pecuaristas, prefeitos e empresários locais. O religioso ressaltou ainda

que o governo estadual é um dos principais destinatários da Carta Aberta, pois os ruralistas apostam na possibilidade de que uma lei estadual possa referendar e legitimar a exclusão de parte dos municípios maranhenses da Amazônia Legal.

Em resposta ao manifesto dos fazendeiros que foi divulgado e publicado nos jornais locais, os movimentos sociais e organizações da região organizaram uma mobilização defendendo a manutenção do Maranhão na Amazônia Legal.

Milton Teixeira, do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, em Açailândia (MA), conta que, de reuniões organizadas a partir de setembro de 2008, emergiu o documento de reação e protesto intitulado "O Maranhão é Amazônia e seu povo quer manter sua identidade!".

Na visão dos movimentos que aderiram à mobilização, as reivindicações dos ruralistas significam apenas "aumentar o número de bois e diminuir o número de pequenos produtores rurais, expulsando-os para as periferias das cidades", que resultam no trabalho infantil e na exploração sexual, na violência urbana e em "outros frutos da semente do trabalho escravo".

"Por que os interesses econômicos dos que pensam e querem somente um desenvolvimento meramente extrativista e depredador devem prevalecer sobre a Vida, devastando e condenando a morte milhares de pessoas, animais e espécies vegetais?", indagam os movimentos na resposta aos fazendeiros. "Aos poucos, mesmo sem a atenção da grande mídia, foram sendo extintas comunidades inteiras de ribeirinhos, quebradeiras-de-coco, castanheiros, seringueiros, índios, quilombos, dando lugar a grande rebanhos de gado, imensos plantios de soja e de eucalipto".

Juntamente com a manutenção de parte do Maranhão na Amazônia Legal (que requer o compromisso do Estado Brasileiro na defesa da preservação de 80% da Reserva Legal das propriedades da região), os movimentos condenam o processo de grilagem de terras e apontam o risco da autorização de espécies exóticas em substituição à mata nativa. A aprovação desse último item, segundo eles, "levaria ao triunfo da monocultura do 'deserto verde' de eucalipto, cujas conseqüências em termo de empobrecimento do solo e das águas profundas são cientificamente demonstradas e gravíssimas".

Os representantes da sociedade civil contrários à manifestação dos fazendeiros solicitaram ainda que a Gerência Regional do Ibama (Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) de Imperatriz (MA) seja "reforçada economicamente e acreditada politicamente". "Todas as ações impetradas pelos órgãos ambientais, as multas aplicadas, bem como todos os processos administrativos e judiciais já iniciados são legítimos", colocam os movimentos sociais que assinam o documento "O Maranhão é Amazônia e seu povo quer manter sua identidade!".

A suspensão desses instrumentos de punição até a conclusão do Zoneamento Ecológico-Econômico é rechaçada pelo grupo. "O ZEE está sendo implementado exatamente para estruturar e garantir a continuidade de aplicação de todas essas medidas", adicionam. Espera-se que, quando o ZEE for concluído, a destinação e utilização das terras se torne mais clara e a liberação de recursos de créditos rurais oficiais seja menos ambígua. "Até lá, a sociedade civil organizada aqui representada exige que se mantenha a aplicação da lei e concorda com o bloqueio de financiamentos a proprietários rurais pelo Banco Central do Brasil", emendam.

"Nossa carta está circulando o Brasil todo e continua recebendo adesões. Nossa resposta está bem clara nela. Televisões, rádios e jornais locais receberam representantes do movimento em defesa da Amazônia Legal e deram espaço às nossas idéias", relata o padre Dário, de Açailândia (MA).



**Minc critica colega sobre Código Florestal** - Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 13/01/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem que o titular da pasta da Agricultura, Reinhold Stephanes, “radicalizou muito” ao acabar com o grupo de trabalho que discutia uma proposta comum de mudanças no Código Florestal. “Não vejo que ele tenha poder de extinguir a discussão”, afirmou.

Segundo Minc, existem mais de 20 projetos de lei no Congresso para modificar o código e “ninguém tem maioria para aprovar ou desaprovar se não tiver um acordo maior”. Ele admite algumas mudanças, mas diz que a “pressão” de ruralistas para diminuir restrições da legislação ambiental é “inadmissível”. Um dos principais pontos de discordância foi a proposta, apoiada por ruralistas, de redução da reserva legal na Amazônia de 80% para 50%.

Além dos dois ministérios, parlamentares da bancada ruralista e ambientalistas participaram de três rodadas de discussão. A última reunião ocorreu no fim de novembro. Paulo Adário, diretor do Greenpeace responsável pela Amazônia, criticou o ministro da Agricultura. “O Stephanes desde o início teve uma postura equivocada como ministro de Estado e atuou como porta-voz da bancada ruralista e não do governo federal. Ele não está lá para isso”, afirmou. O Greenpeace faz campanhas contra mudanças no código, mas admite a possibilidade de acordo em relação, por exemplo, a áreas já desmatadas.

A assessoria de imprensa do ministro da Agricultura informou, sobre a declaração de Minc, que ele “não vai entrar nessa discussão emocional porque ela não tem fim”. Já sobre a acusação do representante do Greenpeace, informou que Stephanes “nasceu na roça, é servidor público formado em economia e não tem um pedaço de terra no Brasil”.

Minc admite que grande parte do Código Florestal, que tem 44 anos, é descumprida. “Em SP e no PR, nenhuma empresa de soja e café tem os 20% da reserva legal e eles não demarcam as Áreas de Preservação Permanente, as margens de rios e encostas”, disse Minc. Em alguns pontos, porém, há concordância, afirmou. “Macieiras que estão há 80 anos em encostas de SC, ninguém vai querer arrancar.” Para ele, a discussão pode ser retomada. “Queremos mais produção com mais proteção.”

O ministro participou, no Rio, da inauguração do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), resultado da fusão de três órgãos vinculados à Secretaria de Ambiente, que Minc ocupou antes de ir para Brasília. A principal medida anunciada foi a redução dos prazos para concessão de grandes licenças. “Várias ideias daqui estamos levando para Brasília, entre elas o licenciamento ambiental mais ágil e mais rigoroso. Quanto mais tempo demora mais possibilidade de ter corrupção”, declarou Minc.

**Aquecimento global pode afetar 40% dos cultivos no mundo** – Sítio Eletrônico do MST – 14/01/2009

A comunidade científica fez novos alertas sobre as conseqüências do aquecimento global. Um estudo publicado na revista "Science" estima que metade da população mundial pode sofrer com a falta de comida até 2100. Segundo o artigo, no final deste século, há probabilidade de mais de 90% de as regiões tropicais e subtropicais conviverem com temperaturas mais altas do que os recordes de calor do século 20. Nestas regiões vivem cerca de três bilhões de pessoas.

Os autores citam catástrofes históricas que podem voltar a ocorrer como os recordes de calor na Europa Ocidental ocorridos em 2003, quando 52 mil pessoas morreram. Na época, a temperatura média na França foi quase 4°C mais alta.

Segundo um dos autores do estudo, David Battisti, da Universidade de Washington, o fenômeno pode afetar o abastecimento de água no mundo e comprometer até 40% dos alimentos cultivados no planeta. Os autores chamam a atenção para que a agricultura – nos moldes como é feita hoje - seja repensada, assim como o modelo de desenvolvimento existente no mundo, fortemente fincado no consumo.

No Brasil, os pesquisadores da Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) afirmam que o aquecimento global deve afetar mais fortemente os cultivos de soja, café, de girassol, milho, algodão, arroz e feijão. Somente a cana-de-açúcar será beneficiada com o processo e poderá ter sua área expandida em 140%.

**Agricultura pode combater aquecimento** – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 16/01/2009

A agricultura pode ser um grande aliado para evitar o aquecimento global. E uma forma "realista e prática" para combater a mudança climática é optar por cultivar as variedades de plantas que refletem mais a luz solar. A ideia é defendida por pesquisadores da Universidade de Bristol, no Reino Unido, na revista científica "Current Biology" ([www.cell.com/current-biology](http://www.cell.com/current-biology)).

Segundo eles, a iniciativa poderia esfriar em 1C a temperatura média do verão na América do Norte, na Europa e na Ásia. Pode parecer pouca coisa, mas cientistas preveem que, se houver um aumento da temperatura em mais de 2C, por exemplo, poderão ficar mais frequentes as secas graves, tormentas e inundações.

Segundo os pesquisadores, algumas plantas cultiváveis têm mais "albedo" - refletem mais luz solar de volta para o espaço- do que outras. Ampliá-las ajudaria a resfriar a Terra.

Uma plantação cultivada normalmente já tem mais albedo do que uma floresta nativa, mas derrubar árvores não é bom negócio porque quando elas se decompõem, provoca uma grande emissão de carbono e gases de efeito estufa para a atmosfera. A substituição de uma planta cultivada por outra, porém, não teria esse efeito negativo, e pode ser considerada.

O novo estudo afirma que a adoção de plantas mais reflexivas não prejudicaria a produção de alimentos no mundo. A escolha poderia se dar entre variedades da mesma planta, levando em conta o albedo de cada uma, e não a troca de uma espécie por outra. Essa "biogeoengenharia" é mais barata e viável do que planos mirabolantes de lançar partículas resfriadoras na atmosfera ou construir um guarda-sol gigante no espaço, afirmam os cientistas.

**Escolha de plantas** - Mas quais seriam então as melhores variedades para plantar? "Há relativamente poucas pesquisas disponíveis sobre o modo como diferentes variedades da mesma cultura, bem como as diferentes culturas, distinguem-se em reflexividade", disse à Folha Andy Ridgwell, um dos autores do estudo. "Nós queremos abordar isso na nossa próxima investigação."

Segundo Ridgwell, estudos sobre as diferentes variedades de milho já mostram que a disposição e orientação das folhas mudam em cada uma delas, e isso altera seu albedo.

Já a diferença na reflexividade entre variedades de cevada é menor do que a observada no milho. No sorgo, as variedades também apresentam diferentes reflexividades. "Mas não há muito mais informação disponível no momento além dessas", afirma o pesquisador.

Para ele, o sistema de créditos de carbono poderia ser usado para incentivar o produtor a optar por uma variedade mais reflexiva durante o plantio.

**América do Sul** - Apesar de o potencial para esse tipo de mudança ser grande na Europa, Ásia e América do Norte, o impacto da medida seria pequeno no Brasil, diz Ridgwell. "A densidade e extensão de terras aráveis na América do Sul, ignorando as pastagens e áreas de florestas, pelo menos como é atualmente prescrita no modelo climático global, é relativamente baixa quando comparada com a faixa de plantações que se estende pela Eurásia", afirma. Se as pastagens fossem levadas em conta, porém, o efeito para a América do Sul seria maior.

**Solução parcial** - Ridgwell diz que a "biogeoengenharia" cumpriria um papel complementar aos esforços para reduzir emissões de gases do efeito estufa, a real solução para frear o aquecimento. "Se não houver uma redução das emissões de CO<sub>2</sub>, por exemplo, não será resolvida a questão da ameaça à vida marinha pela progressiva acidificação do oceano", afirma o cientista.

"É preciso que haja um sentimento de urgência sobre o problema agora." O uso de plantas agriculturáveis com grande albedo seria apenas uma medida temporária para reduzir a gravidade das ondas de calor e seus impactos na agricultura e na saúde do "Norte industrializado".

Mesmo um país tão esolado em crises e atropelos econômicos como o Brasil não convive facilmente com a perspectiva de esfriamento da atividade produtiva que se avizinha. Tudo leva a crer que os próximos anos serão marcados por taxas menores de produção, menor oferta de empregos, estagnação comercial e acirramento de conflitos. Mas as crises econômicas, uma vez devidamente respeitado o sofrimento alheio, podem suscitar oportunidades para se buscar alternativas que tornem a economia menos vulnerável no futuro. Com um pouco de sangue frio, podemos observar em retrospecto que a atual crise econômica, que começou por castigar bancos e mercados nos países mais industrializados desde meados deste ano, tem uma explicação simples, mas requererá soluções complexas. Nada poderia ser mais previsível do que o colapso dos processos de acumulação que se consolidaram desde o final da década passada, em grande medida baseados na especulação imobiliária, no oportunismo financeiro e em artificialidades cambiais. Há muito que se previa o furo da bolha e, pelo menos entre os mais lúcidos comentaristas, a questão era apenas saber quando e onde o castelo de cartas iria começar a ruir.

Para quem se lembra daquele jogo "banco imobiliário", a analogia é perfeita: o mercado de imóveis movia-se sempre em círculos, ao sabor dos dados, comprando imóveis de plástico e apostando contra a fraqueza dos demais. Todos tentavam obter ganhos máximos no menor intervalo de tempo possível (no Reino Unido, o mercado de imóveis foi uma grande festa com uma subida média de preços de 241% entre 1994 e 2008). Ao mesmo tempo, muitas pessoas foram levadas a colocar todo o dinheiro que podiam em mercados da carochinha, como Islândia, Jersey e Ilha de Man. Enquanto o desvario do lucro fácil tomou conta das transações imobiliárias e do mercado financeiro (ao ponto de a Escócia ter chegado a uma dependência elevadíssima da atividade bancária para a formação do seu PIB), deslocou-se a produção de bens e mercadorias para os rumos do nascente, China e Índia em particular. A farra se baseava não somente na apropriação do suor asiático, mas na manutenção de preço baixos de matérias primas e recursos naturais (inclusive petróleo). O equilíbrio do sistema era tão tênue e frágil, que deu no que deu. E tudo isso parece ser apenas o começo de um longo e penoso processo de reacomodação. Como bem descrito pelos economistas do Século XIX, há uma tendência inescapável no capitalismo de alternar fases de bonança com períodos de desvalorização do capital, necessária para que se restabeleçam as bases de acumulação (temporariamente?) perdidas.

Se o diagnóstico da crise depende apenas de um pouco de bom senso e de conhecimentos rudimentares de história e economia política, a questão crucial é localizar rapidamente a porta de saída. Contudo, como se diz no vernáculo dos botequins, aqui é que mora o perigo. Existe o grave risco de se considerar a crise econômica apenas como uma questão de erro de dosagem, ou seja, um superaquecimento circunstancial do mercado imobiliário e dos ganhos na bolsa de ações. Mas é preciso que se perceba a dimensão histórica, e quiçá pedagógica da crise, uma vez que as chuvas e trovoadas que se aproximam refletem distorções e desarranjos muito mais profundos. Herdamos do Século XX, em que pese avanços impressionantes na comunicação e transmissão de idéias, uma globalização dos mercados que tem servido para democratizar bugigangas e inutilidades várias. Como descrito décadas atrás por J. K. Galbraith (no seu livro "The Affluent Society"), o atual sistema de produção induz a uma demanda por mercadorias que é essencialmente perdulária e irresponsável. Ao ponto de a grande função do emprego hoje ser a manutenção do crescimento

econômico por meio do fluxo de consumo, mesmo que sejam artigos de necessidade e valor duvidosos. Ou seja, não mais a produção, mas o consumo, tornou-se a principal força motriz da economia globalizada. Daí a necessidade de salvaguarda do crédito e de redução dos juros, para que se consuma, compulsivamente, cegamente, patologicamente. Comprar e jogar fora, o mais rápido e ostensivamente possível. O condicionamento é tal que, ao se restringirem as compras, muitos passam imediatamente a um estado depressivo (não é à toa que as igrejas britânicas, ao acolher os filhos guachos do consumismo, começaram a registrar uma assistência crescente nas últimas semanas).

Mas não adianta agora chorar o leite, as ações e os cartões de crédito derramados. Não basta que se critique a gênese da crise se não forem identificados caminhos novos, se não se aprender com os erros de uma cegueira coletiva (qualquer semelhança com o livro do Saramago, não é mera coincidência). Se não se repensar a lógica dos mercados, não adianta nada querer fazer apenas ajustes na velocidade: iremos, sempre e novamente, para o precipício. Contudo, é sintomático que muitos ainda busquem insistir no erro, desnudar um santo pra vestir outro. E o primeiro ataque é sempre sobre o meio ambiente! Clamam os falsos profetas: que se abram as portas da legislação ambiental, porque é preciso voltar a produzir e consumir, não importando em que termos se produzia e consumia antes da crise. Podemos ver que no Reino Unido, por exemplo, os empresários já começaram a fazer uso da comoção geral para reivindicar vantagens fiscais e condescendência regulatória. Há uma renovada expectativa que indústrias pesadas ou loteamentos em áreas de preservação sejam agora finalmente aprovados. Da mesma forma, durante o encontro sobre mudanças climáticas na Polônia, em dezembro de 2008, o governo alemão, em nome da maior economia européia, buscou evitar metas de redução de carbono que venham a afetar sua indústrias e a geração de energia a partir de carvão.

Havemos de manter os olhos e ouvidos muito atentos, especialmente quando começar aquela valha ladainha: "produção versus meio ambiente", "emprego versus impostos", "fiscalização ambiental versus apoio eleitoral"... aquele cantochão manjado: "aprovem meu projeto de investimento (com dinheiro público, naturalmente) que ninguém vai se importar que se destrua uma pontinha de mato ou se polua um trechinho de rio". Com esse argumento de que é bom degradar para que a economia cresça, que o Brasil é grande e não vai fazer falta, que mata em pé e terra de índio são desperdícios, levaram-nos o pau-brasil, as araucárias, a caatinga, o cerrado e agora vai nas costas do ladrão o Pantanal e já boa parte da Amazônia. Ora, cara-pálida, se nos anos de vacas gordas, não se pensou em socializar os ganhos fáceis, por que agora deveria se aceitar a destruição de um patrimônio natural que pertence a todos? Por que motivo, agora que a maré refluiu, deveríamos concordar com o seqüestro dos fragmentos de meio ambiente que ainda sobram?

Para desconforto de muitos ambientalistas, cabe enfatizar que a questão central aqui não é ética ou sentimental, mas profundamente política. Quando se tenta convencer que vale a pena trocar água, solo e ecossistemas por crescimento econômico (que não é decidido e tampouco beneficia a maior parte da população), estamos lidando com demonstrações concretas de desigualdades de poder. Vejamos o São Francisco: cada vez mais degradado por culpa da lavoura exportadora, das cidades sem saneamento e das hidroelétricas sedentas, mas aqueles que vivem perto do rio e sofrem mais de perto sua agonia não têm muito que celebrar em termos de melhoria de vida. O problema ambiental, com todas suas facetas materiais e simbólicas, nunca deixa de ser uma combinação de injustiça social, covardia administrativa e inversão de prioridades

econômicas. Essa previsível chantagem sobre o meio ambiente é tão antiga quanto as crises, com a grande diferença que a natureza não se recupera quando a crise passa.

Se em um momento como agora existe a ameaça de avançarem sobre o meio ambiente em troca de promessas econômicas vagas, há também o risco de vermos, como já estamos, economistas e empresários que tentam nos convencer que o momento pode servir para que se promovam as ditas mercadorias ambientais, como créditos de carbono e pagamento por serviços ecológicos. Conforme teorizado pelo geógrafo escocês N. Smith, a transformação da conservação ambiental em mecanismo de acumulação representa a mais nova fronteira do capitalismo mundial. Mas os defensores dessa chamada "modernização ecológica" desprezam o fato de que conservação ambiental e adoção de tecnologias responsáveis deveriam ser uma exigência inegociável da atividade produtiva e não uma prática que, para ser adotada, requer uma compensação monetária. Insiste-se, assim, na mesma racionalidade da acumulação fácil e "naturalização" do valor do dinheiro, a qual foi a causa desta e de outras crises, para mitigar os efeitos negativos que a própria acumulação causou. Além disso, não faz sentido que se paguem agricultores para manterem água, solo e biodiversidade se não forem eliminados as exigências tecnológicas e alfandegárias que distorcem todo o mercado agrícola nos quatro cantos do mundo.

Enfim, não cabe lamentar as conseqüências nefandas da crise se nada for feito para eliminar o risco de que a fatura seja paga por aqueles que menos se aproveitaram da festa. A natureza também não pode se tornar refém de remendos a um modelo econômico comprovadamente inviável, baseado na demência consumista e na degradação ambiental progressiva. Se não nos perguntarmos como a crise econômica começou, corre-se sempre o risco de voltarmos, geração após geração, ao muro das lamentações, apenas com menos meio ambiente para ser rifado no futuro. O Brasil, com os recursos naturais que tem, pode perder muito se aceitar que se curvem, sociedade e governo, às exigências de uma atividade mercadológica disfuncional e injusta. Sem nos atentarmos para a relação direta entre crise econômica, exclusão social e exploração ecológica, nada de positivo poderá emergir da atual experiência. Claro que não se esperar que esse debate venha a ocorrer espontaneamente. É preciso levantar a voz e dizer que desvario econômico e pilhagem ambiental não podem mais seguir de mãos dadas. \* **Antônio A. R. Ioris é professor da Universidade de Aberdeen**

### **Mapas e GPS viram armas de caboclos na Amazônia – Folha de São Paulo – Ciência – 18/01/2009**

Quase uma década depois de a monocultura da soja ter tomado de assalto a região de Santarém, no Pará, o impacto dessa atividade sobre o ambiente e o modo de vida de populações tradicionais do local foi dimensionado pela primeira vez. Um mapa lançado anteontem mostra que quase um quarto das comunidades de pequenos agricultores nos municípios de Santarém e Belterra foram reduzidas em razão da expansão das fazendas de grão. Duas delas desapareceram.

A denúncia partiu dos próprios comunitários. Munidos de aparelhos de GPS (Sistema de Posicionamento Global), mais de 55 pequenos agricultores mapearam os efeitos da expansão da lavoura sobre rios, florestas e a demografia de 121 comunidades, que vivem boa parte delas cercadas de soja.

O mapa é um exemplo de um fenômeno novo na Amazônia: como as tecnologias da informação vêm sendo usadas por populações locais para se contraporem a latifundiários, madeireiros e grileiros -e para se tornarem visíveis ao poder público. Numa época em que até a grilagem de terras é feita com o auxílio de mapas de satélite, os caboclos dão o troco.

"Cada vez mais esses instrumentos estão sendo colocados à disposição deles. O que há cinco anos era caro e complicado hoje é barato, simples e extremamente livre", diz o agrônomo Ricardo Folhes, do Projeto Saúde & Alegria.

A ONG de Santarém é pioneira em capacitar comunidades locais a produzirem mapas usando imagens de satélite. Seu trabalho ajudou os moradores do extremo oeste do Pará a produzirem uma proposta de destinação das terras da Gleba Nova Olinda, zona de 1,3 milhão de hectares na qual um conflito entre populações tradicionais e madeireiros levou o governo do Estado a decretar o congelamento de toda atividade econômica até que se resolva a questão fundiária. "Não havia um mapa oficial que mostrasse que tem gente embaixo da floresta naquela região", diz Folhes. A proposta das comunidades, que inclui a criação de assentamentos extrativistas e até de uma terra indígena, será apreciada pelo governo até 13 de fevereiro.

**Contraprova** - Inspirado pela experiência, o Greenpeace distribuiu aparelhos de GPS entre os sindicatos de trabalhadores rurais de Santarém e Belterra e treinou os associados a usá-los para mapear a região da soja. "Muita gente não sabia nem usar celular", disse o geólogo Wayne Silva, do Greenpeace, especialista em georreferenciamento, que organizou oficinas de capacitação nas comunidades debaixo de um pesadelo logístico: como fazer o treinamento sem que os sojicultores soubessem.

Os pontos georreferenciados (ou seja, cujas coordenadas foram obtidas com precisão via satélite, por meio do GPS) incluem 55 desmatamentos, 29 igarapés contaminados ou assoreados e uma dezena de acessos de comunidades às suas áreas de produção bloqueados por fazendas.

O estrago, segundo os pequenos agricultores, teria acontecido principalmente após o ano 2000, quando a multinacional Cargill anunciou a construção de um porto de escoamento de soja em Santarém. Entre 2003, ano em que o porto entrou em operação, e 2005 a área ocupada por grandes propriedades rurais dobrou na região.

Os caboclos denunciam o aumento da concentração fundiária e o êxodo rural causado pela soja. Segundo o Greenpeace, o mapa comunitário é uma "contraprova" ao EIA-Rima (estudo e relatório de impacto ambiental) do porto. Este afirma que as lideranças que indicaram esses impactos "não puderam apresentar dados que permitissem sua comprovação". "Quando a gente fala que tem um acesso bloqueado, um igarapé contaminado ou enterrado, as autoridades acham que a gente está mentindo", diz José Sebastião Paixão da Costa, diretor regional do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. "Com o mapa, a gente tem como provar", afirma.

Na semana passada, a reportagem da **Folha** visitou comunidades mapeadas, acompanhada de moradores e do Greenpeace. De uma delas, Poço Branco, só restou um cemitério, cercado totalmente pela lavoura. Em outra comunidade, a do Paca, um igarapé foi soterrado pelos fazendeiros. Sobrou só a escola abandonada.

## **Êxodo rural não existiu, afirma Cargill** – Folha de São Paulo – Ciência – 18/01/2009

A Cargill afirmou anteontem que não teve acesso ao mapa comunitário da soja divulgado ontem pelas ONGs, mas afirmou que as comunidades rurais e ribeirinhas foram amplamente ouvidas durante a elaboração do EIA-Rima do porto de Santarém. O documento foi finalizado e entregue ao governo do Pará em setembro.

Segundo Afonso Champi, diretor de Assuntos Corporativos da empresa, a consultoria que elaborou o estudo de impacto ambiental visitou 18 comunidades rurais e 9 bairros de Santarém, além de ter ouvido movimentos sociais a respeito da percepção que a população tinha dos impactos da soja na região.

Não foi verificado êxodo rural, disse. Ao contrário: segundo Champi, citando dados do IBGE, a população rural de Santarém cresceu depois da instalação do porto. Sobre o desaparecimento de comunidades rurais, Champi afirmou que "houve casos que não se configuraram e casos de lugares que desapareceram há mais de dez anos, antes da soja".

Raquel Carvalho, do Greenpeace, diz que o mapa não data o declínio de comunidades, mas insiste: "Elas desapareceram porque num primeiro momento houve grilagem de terras e em outro momento entrou a soja".

A contaminação de igarapés, segundo Champi, "não foi escopo" do EIA-Rima. Mas ele questiona a metodologia usada pelo mapa comunitário para dizer se há contaminação ou não. "Se houver, é gravíssimo, é caso de denúncia imediata, não de colocar isso num estudo." (CA)

## **Greenpeace tem esquema especial de segurança** – Folha de São Paulo – Brasil – 18/01/2009

Deslocar-se com o Greenpeace pela Amazônia envolve um esquema rígido de segurança. Reservas de hotel não mencionam o nome da organização, que viaja com guarda-costas. O repórter que acompanha a ONG recebe uma verdadeira preleção: não sair do hotel sem avisar. Não entrevistar membros da ONG em restaurantes. Não mencionar o nome Greenpeace em locais públicos.

O trabalho do grupo na região já rendeu várias ameaças. Recentemente, o diretor do Greenpeace Amazônia, Paulo Adário, e jornalistas foram expulsos de Juína (MT) por fazendeiros e pelo próprio prefeito. Mas às vezes o cuidado parece cômico. No jantar, só se chama a organização pela sigla GP. Uma ambientalista que comete um deslize e cita "o navio do Greenpeace" é gentilmente repreendida por uma colega. (CA)



## **Greenpeace faz protesto contra desmatamento em reserva extrativista – Folha de São Paulo – Ciência – 19/01/2009**

Com a ajuda de um boi de seis metros de altura foi realizado ontem um protesto contra o desmatamento ilegal na reserva extrativista Verde Para Sempre. O animal foi inflado pelo Greenpeace e líderes comunitários de Porto de Moz, no Pará.

Segundo a ONG, a reserva foi criada há quatro anos, porém até agora não foi implementada. E fazendeiros de gado têm desmatado a área sem autorização. De acordo com o Greenpeace, há diversos problemas no local. Não há placas de sinalização indicando os limites da reserva, que sequer possui sede -apesar de uma casa da Marinha ter sido disponibilizada. Além disso, a regularização fundiária não avançou, a exploração madeireira persiste e as invasões de barcos pesqueiros são constantes na área.

Para André Muggiati, da campanha da Amazônia do Greenpeace, sem implementação as reservas "acabam se tornando alvo de atividades predatórias, como a pecuária". Raimundo Ribeiro da Silva, da Associação de Moradores da reserva, concorda: "O descaso aqui é muito grande", diz ele. Em quatro anos, o local já teve desmatados mais de 40 mil hectares de sua área total de 1,2 milhão de hectares. E o Greenpeace diz ter visto, em sobrevoo recente, novos desmatamentos. Segundo os ativistas, o protesto ocorreu sem tumulto.

## **Basta mudar e inovar – David Lee – O Globo – David Zee– Opinião – 19/01/2009**

Um município como o Rio de Janeiro — que é cercado a leste pela Baía de Guanabara, a oeste pela Baía de Sepetiba, ao norte pelo Maciço do Mendanha e ao sul pelo Oceano Atlântico — tem realmente com que se preocupar quanto ao meio ambiente. De quebra, ainda possui as maiores florestas urbanas do mundo (Pedra Branca e Tijuca) e uma profusão de lagoas (Jacarepaguá, Camorim, Tijuca, Marapendi e Rodrigo de Freitas) encravadas no meio do município. Não é à toa que é considerada uma das cidades mais lindas do mundo, e com certeza a mais verde de todas.

Entretanto, nos últimos anos vem perdendo, a passos largos, essas belezas naturais. Por falta de governança e de uma visão de conjunto, todas as ações promovidas foram reativas e nenhuma preventiva.

Todo problema ambiental correspondia a uma medida pontual, casuística e, muitas vezes, oportunista. A intervenção não era continuada, atacava-se apenas o efeito e nunca a causa. Assim foram as “soluções” intempestivas para a mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas, a maré vermelha nas praias, as algas cianofíceas nas lagoas da Barra e as línguas negras nas praias, entre outras. Quando morriam os peixes, bastava retirá-los.

Problema das algas nas praias e lagoas? Fazia-se apenas coleta para identificar a espécie. No caso das línguas negras, cobriam-nas de areia.

Não é preciso ser muito inteligente para perceber que nada disso resolveria o problema. O que faltou nos últimos vinte anos foi um modelo de governança que objetivasse a qualidade ambiental da cidade, em sua totalidade.

O novo prefeito eleito, Eduardo Paes, terá um difícil desafio ambiental, em que os seguintes problemas se destacam: a) Crescente ocupação irregular das áreas de proteção ambiental nas encostas do Maciço da Tijuca e da Pedra Branca e baixadas (Jacarepaguá e Fluminense); b) Lançamento indiscriminado de esgoto e lixo nos rios e no complexo lagunar da Baixada de Jacarepaguá e baías de Sepetiba e Guanabara; c) Mortandade de peixes e proliferação de algas; d) Manchas de poluição nas praias da Barra e do Recreio; e) Retirada da cobertura vegetal nativa de Mata Atlântica e restinga; f) Desmoronamento de encostas, além de queimadas espontâneas e induzidas; g) Assoreamento da Lagoa da Tijuca e de Camorim, Baía de Guanabara e Sepetiba.

Ter uma política voltada para o meio ambiente não significa promover somente ações ambientais. Meio ambiente é objetivo-fim, e, portanto, é preciso se preocupar com as causas e não com os efeitos.

Bons efeitos ambientais são consequência das boas práticas de governo em áreas como habitação popular, saneamento básico e drenagem urbana, educação ambiental, transporte de massa, coleta de lixo, sustentabilidade financeira das ações, equilíbrio entre o verde da vegetação e o cinza das construções, monitoramento ambiental, controle e fiscalização da ordem urbana, entre outros. Se essas ações forem preocupação do novo prefeito, o meio ambiente urbano se resolve por si só.

Essas seriam as principais competências de gestão que o novo prefeito deve privilegiar visando a melhor qualidade de vida urbana para a população carioca. Dentro dessa visão de conjunto, o prefeito deve comandar suas secretarias, que são como os instrumentos de uma orquestra, cujo tom de harmonia deve ser dado pelo maestro-prefeito.

Pelo menos até hoje o que se percebe são secretarias que não se entendem, principalmente se os problemas são de ordem ambiental. Para não faltar com a verdade, talvez o único secretário do Ambiente que chegou perto desse ideal foi Carlos Minc. Seu grande mérito foi conseguir promover uma maior integração entre as secretarias de Obras, Meio Ambiente, Finanças e Turismo no governo do estado, implementando assim maior agilidade no licenciamento ambiental, mais recursos para obras de saneamento básico e maior transparência com a sociedade.

A nomeação do engenheiro Carlos Alberto Muniz para a Secretaria do Meio Ambiente é uma clara indicação da priorização pela qualidade ambiental, por meio de uma governança verde. Além de vice-prefeito, sua experiência como gestor público lhe confere uma liderança política necessária para vencer os inúmeros obstáculos econômicos, burocráticos e operacionais, comuns na futura pasta do meio ambiente.

A Baixada de Jacarepaguá tem um passivo ambiental de trinta anos, em que a cidade cresceu sem infra-estrutura urbana que sustentasse de forma equilibrada seu desenvolvimento. Obviamente, não há como resolver esses problemas em quatro anos. Contudo, com um planejamento integrado com os governos estadual e federal, além de um horizonte de metas que contemplem três mandatos de governo municipal, será possível reverter esse quadro de degradação ambiental. Estabelecer objetivos claros e transparentes para os primeiros quatro anos e planejar metas para governos municipais subsequentes significam governar em benefício da sociedade e não para si.

Esperança de mudança existe. A população carioca deu mostras do seu amadurecimento político ao colocar no segundo turno dois candidatos capazes, responsáveis, éticos e competentes. O novo prefeito sabe que a sociedade espera um governo de resultados, claros e tangíveis. O Rio de Janeiro é a vitrine do Brasil. Tudo o que for bem feito será exemplo para o restante do país.

Eduardo Paes tem tudo para se consolidar como um líder político de vanguarda. Basta mudar e inovar.

\* DAVID ZEE é oceanógrafo e coordena o Curso de Mestrado em Meio Ambiente da Universidade

Veiga de Almeida.

NOTA DA REDAÇÃO: Hoje, excepcionalmente, Paulo Guedes não publica seu artigo.

**Em direção ao futuro** – Pedro Sirgado – O Globo – Pedro Sirgado - Opinião – 20/01/2009

Neste início de 2009, devemos colocar em prática os assuntos debatidos na 14ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças do Clima, realizada em Poznan, na Polônia, na primeira quinzena de dezembro de 2008. Efetivamente, os holofotes do mundo estiveram sobre Poznan naqueles dias, quando delegados da maioria dos países do mundo discutiam o futuro do Protocolo de Kyoto e as formas de combate e adaptação às alterações climáticas.

Entre os diversos problemas ambientais colocados atualmente à sociedade, as alterações climáticas constituem certamente um dos mais sérios, e cuja solução efetiva requer um esforço em escala mundial. Não será suficiente que apenas algumas nações tomem medidas; é uma situação em que a não colaboração de alguns significa prejuízo para todos.

Por isso, a ONU, Organização das Nações Unidas, saiu na frente ainda em 1992, ao estabelecer a Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças do Clima. Subscrito por 192 países — praticamente todas as nações do mundo —, o texto deu origem ao Protocolo de Kyoto, que foi ratificado por 183 países. Esse tratado internacional estabelece metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para 37 países considerados mais desenvolvidos ou industrializados, metas essas que devem ser atingidas até 2012.

A grande questão — e o enorme desafio hoje — é o pós-2012. O que teremos após o primeiro período de cumprimento do Protocolo de Kyoto? Apenas os mesmos 37 países terão metas? Que metas e em que período? E quais instrumentos estarão à disposição das nações para o cumprimento dessas metas? Outro fator a ter em conta é o tempo da negociação; sabemos que, para termos um novo documento implementado no início de 2013, os países terão de chegar a um acordo até o final de 2009, devido aos procedimentos internos para ratificação.

Esse foi o grande desafio das mesas de negociação em Poznan, onde visões muito diferentes se encontraram.

Embora sejam raros os países que se recusem a encarar o combate às alterações climáticas como um problema real, ainda se verificam divergências sobre como fazer e sobre quem deve assumir a liderança. Os Estados Unidos da América sempre se postaram contra o Protocolo de Kyoto, o que aumenta ainda mais a expectativa quanto à atitude do presidente Barack Obama. Seus colegas democratas, Al Gore (ex-vice-presidente e Prêmio Nobel) e John Kerry (membro do Senado), trouxeram a Poznan esperanças de comprometimento.

A conferir.

O Brasil sempre teve (e terá) um papel ativo nas negociações internacionais sobre o combate às alterações climáticas.

Importantes mecanismos consignados no Protocolo de Kyoto foram propostas do governo brasileiro. Independentemente de ser alvo de elogios ou críticas, o Brasil sempre é objeto de grande atenção. Também foi assim em Poznan. A delegação brasileira liderou importantes negociações sobre ações de longo prazo, entre outras, culminando com a apresentação do Plano Nacional de Alterações Climáticas pelo Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Com esse plano, o Brasil estabelece forte compromisso para evitar o desmatamento e assim reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, juntando-se a outros países em desenvolvimento nas exigências de novos compromissos dos países desenvolvidos.

É um passo importante, ainda que insuficiente, diante da complexidade e da urgência do tema, e que nos faz recorrer a ensinamentos de grandes líderes do passado. Mahatma Gandhi, por exemplo, afirmou que é necessário entender e enfatizar um fato: ninguém tem de esperar pelo outro para tomar um rumo iluminado em direção ao futuro. \*PEDRO SIRGADO é diretor do Instituto EDP.

#### **Minc recua no Código Florestal – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 21/01/2009**

Diante do impasse sobre o Código Florestal, em exame pelo Congresso, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, decidiu retirar o apoio a mais de metade das propostas de ONGs ambientalistas. Entre as que caíram está a mais polêmica de todas, a que previa a prisão de agricultores familiares que continuassem plantando café, erva-mate, maçã e uva em encostas, rechaçada em conjunto pelos ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e da Agricultura, Reinhold Stephanes.

Com a mudança de posição, Cassel e Minc voltaram a atuar em conjunto nos debates a respeito do Código Florestal. E decidiram ampliar o fórum que tratará do tema, a partir de fevereiro, quando o Congresso retomar suas atividades.

Foram convidados a participar das discussões, além do Ministério da Agricultura, parlamentares envolvidos com a questão agrária, a presidente da Confederação Nacional da Agricultura, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), e secretários estaduais de Meio Ambiente.

Por causa da proposta dos ambientalistas, que acabaram sendo assumidas por certo tempo pelo Meio Ambiente, os debates sobre o Código Florestal entraram num impasse tão grande no fim do ano que Stephanes dissolveu a comissão que cuidava do assunto. Os ambientalistas ainda tentaram uma saída, deixando de lado a possibilidade de prisão dos pequenos agricultores que insistissem em trabalhar nas encostas, mas Cassel exigiu que as propostas fossem enxugadas.

Agora, com o acordo feito entre Minc e Cassel, das 13 propostas iniciais dos ambientalistas restaram apenas 6. E elas prometem ser bem menos polêmicas do que as anteriores, porque permitirão a flexibilização nas regras do Código Florestal. Por exemplo: fora da Amazônia os agricultores poderão utilizar as margens dos rios - chamadas áreas de proteção permanente - para compor a reserva legal, que é de 20% da área.

Também deverá ser autorizado o plantio de espécies exóticas arbóreas perenes nas reservas legais, como o dendê ou a teca, ambos de alta produtividade e valor comercial. Falta definir somente o percentual máximo de plantio. Também será permitida a compensação de reserva legal em outra sub-bacia na mesma bacia federal, no mesmo bioma e ecossistema. “Sou um ministro do diálogo. Quero dialogar para resolver essa questão do Código Florestal. Acho que, com a entrada dos representantes da CNA e dos governos estaduais, nós vamos avançar muito”, disse Minc.

Até então, havia queixa por parte dos representantes do Ministério da Agricultura de que nas reuniões os ambientalistas ocupavam todos os espaços.

### **Lei cria zoneamento ecológico e econômico no oeste do Pará – Estado de São Paulo – Vida & - 21/01/2009**

O governo do Pará publicou ontem no Diário Oficial do Estado lei que estabelece o zoneamento ecológico-econômico de áreas no entorno de duas rodovias federais. O objetivo da legislação, segundo as autoridades, é fomentar atividades produtivas com sustentabilidade.

A Lei 7.243, sancionada pela governadora Ana Júlia Carepa (PT), disciplina “atividades socioeconômicas adequadas às potencialidades e vulnerabilidades locais” nas áreas de influência das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica).

Ao todo são abrangidos 19 municípios: Altamira, Anapu, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Novo Progresso, Placas, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, Senador José Porfírio, Trairão, Uruará e Vitória do Xingu, que totalizam 334,5 mil km<sup>2</sup> de território, uma vez e meia o território de São Paulo, 27% do território paraense e população de 1 milhão de habitantes.

### **Madeira ilegal dribla "fiscal" eletrônico – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 21/01/2009**

O uso de um sistema eletrônico para fazer a gestão florestal no Brasil foi oficializado em agosto de 2006, mas em dois anos teve pouca eficácia no combate ao comércio ilegal de madeira da Amazônia. Até hoje não foi feita a integração completa dos dados florestais entre os Estados brasileiros, o que aumenta a chance de fraudes e dificulta a fiscalização.

Apenas Minas Gerais ainda não instituiu um sistema eletrônico. Nos demais Estados brasileiros, já houve a substituição da ATPF (Autorização de Transporte de Produtos Florestais) -que era em papel e mais fácil de falsificar.

Hoje, a maioria dos Estados usa o sistema eletrônico DOF (Documento de Origem Florestal), mas quatro Estados da Amazônia -Pará, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão- adotaram um tipo diferente de rastreamento online, o Sisflora. Os sistemas ainda não compartilham todas as informações, e um Estado tem dificuldade para obter dados de outro.

Uma resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) obrigava que a integração fosse concluída até abril de 2007. No entanto, a determinação não foi cumprida. "São praticamente dois anos de briga, de batalha tentando fazer cumprir a resolução", diz José Humberto Chaves, diretor substituto de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do Ibama (Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

De acordo com ele, hoje as guias interestaduais estão interligadas ao DOF. Isso significa que uma madeira que sai de Mato Grosso para São Paulo aparece no sistema. Porém, o mesmo não ocorre com as guias que circulam internamente nesses quatro Estados. "Também não temos acesso aos saldos de produtos das empresas que operam nos quatro Estados, mostrando o que elas têm de estoque. Isso complica a fiscalização", diz Chaves.

Questionado sobre o que o Ibama tem feito para reverter a situação, Chaves afirmou que "a União não pode obrigar que todos usem o DOF", pois a gestão florestal é responsabilidade dos governos estaduais.

Então, a única saída é cumprir a resolução. Segundo ele, o Ibama tem informado o Ministério Público Federal das dificuldades de integrar os sistemas, "justamente para ter apoio para forçar e acelerar o processo de integração."

**"Esquentamento"** - ONGs como o Greenpeace e autoridades dizem que as falhas do sistema ajudam quadrilhas a fazer o "esquentamento" -eliminação das evidências de extração ilegal da mercadoria.

Essa é a opinião do secretário estadual de Meio Ambiente de SP, Xico Graziano. "Das duas uma: ou não há tanta madeira ilegal assim ou ela é esquentada antes de entrar em São Paulo."

Para tentar melhorar a fiscalização, o secretário quer fazer parcerias com os Estados da Amazônia Legal, e ter acesso irrestrito aos seus dados.

A madeira pode ser "esquentada" da seguinte maneira: para cada m<sup>3</sup> de toras que entram numa serraria, saem 40% a 50% de madeira serrada. Mas, se o Estado adota um coeficiente de rendimento superior a essa média, a indústria tem como incluir madeira cortada sem autorização nesse bolo.

O sistema DOF adota 50% de aproveitamento hoje. "O Pará, por exemplo, adota cerca de 60% de rendimento", disse Chaves. E a proposta do Ibama é reduzir para algo entre 40% e 45%, "justamente para melhorar esse controle". Uma resolução sobre a questão está em andamento no Conama.

A reportagem questionou governos dos Estados de Pará, Mato Grosso, Maranhão e Rondônia para saber o que têm feito para concluir a integração e evitar as fraudes. Só um deles encaminhou resposta.

Em Rondônia, uma mensagem da assessoria de imprensa da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Ambiental diz que "a disponibilização dos dados das guias florestais já é realidade" e que "foram liberadas seis senhas para o Ibama, sem nenhuma restrição".

Mas o Estado reconhece ter lacunas. "O sistema já está integrado, o que pode estar acontecendo é as empresas de pequeno consumo não estarem registradas no Cadastro Técnico Federal, tornando impossível o sistema ler a operação." E, para evitar o esquentamento de madeira, Rondônia está reduzindo o índice de rendimento de tora para madeira serrada de 60% para 40%.

#### **Apreensão de produto cresce 629,5% em SP** – Folha de São Paulo – Ciência – 21/01/2009

Houve um aumento de 629,5% na apreensão de madeira no Estado de São Paulo entre 2001 e 2008, segundo dados da Polícia Militar Ambiental. A quantidade apreendida passou de 193 m<sup>3</sup> para 1.408 m<sup>3</sup>.

Os dados dizem respeito à madeira comercial, já manufaturada, que vem da Amazônia. São Paulo é o principal destino da madeira amazônica (consome 15% do material processado), mas não é possível saber se o aumento das apreensões se deve à expansão da ação de madeiras ilegais.

De acordo com o tenente Leandro Carlos Navarro, porta-voz da Polícia Militar Ambiental de São Paulo, o crescimento em parte se deve ao aumento das blitzes no Estado.

Segundo ele, outro ponto positivo é a atuação em conjunto com o Instituto Florestal. Uma das dificuldades dos agentes é identificar os tipos de madeira transportados -já que muitas vezes a autorização dada é para cortar uma espécie e, na verdade, o caminhão leva outra. O suporte não necessariamente precisa ser presencial. Segundo o secretário estadual Xico Graziano (Meio Ambiente), seis pessoas foram contratadas para identificar as espécies de madeira via internet, por meio de fotos da polícia.

**Queda na conexão** - Para o engenheiro florestal Marcelo Marquesini, do Greenpeace, a falta de integração da gestão florestal é um grave problema no país. Mas não é o único. "Havia a promessa de instrumentalizar o Ibama para fazer a fiscalização online, o que não aconteceu", afirma. Segundo ele, os fiscais incumbidos de checar madeira deveriam ter acesso direto à internet em diversos pontos da Amazônia ou, no mínimo, uma central telefônica com acesso à internet que funcionasse 24 horas e que poderia informar se a documentação está regular.

Outra falha é não haver uma rotina sistemática de fiscalização nos pátios das empresas para verificar quanta madeira existe de fato nesses locais. Na opinião do próprio Navarro, a gestão florestal eletrônica precisa ser melhorada. O ideal, afirma, seria ter somente um sistema em vigor em todos os Estados. "Mas houve um avanço. A ATPF era arcaica. Para ver se o documento era legal, precisávamos pedir por ofícios e levava mais de uma semana." (AB)

#### **Minc anuncia redução de queimadas até 2020** – Sítio eletrônico do MMA – 21/01/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informou nesta quarta-feira (21) que o plano de Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar - a ser anunciado em fevereiro - virá acompanhado de uma novidade: uma lei nacional para a redução progressiva de queimadas de palha nos 7 milhões de hectares de lavouras já consolidadas, entre 2010 e 2020. Além disso, a lei proibirá queimadas nos 6 milhões de hectares que serão abertos até 2017. "O Brasil estará 100% livre de queimadas em 2020", disse Minc. "Esse é um ganho muito importante porque, na queimada, se elimina matéria orgânica - com perda de biomassa que geraria energia -, se emite CO2 e se agride o pulmão dos trabalhadores."

A decisão foi anunciada após reunião do ministro com o presidente Lula. Participaram do encontro também os ministros Reinhold Stephanes e Dilma Rousseff, entre outros.

De acordo com o cronograma, as queimadas nas lavouras atuais serão reduzidas em 20% até 2010; em 30%, até 2012; em 50%, até 2014; em 80%, até 2018; e em 100%, até 2020. Para as áreas novas de expansão, a restrição às queimadas será total e imediata. O ministro informou que haverá uma série de medidas - de direcionamento de crédito, de facilitação de maquinário e de restrições legais - para garantir a redução das queimadas de acordo com o cronograma previsto.

Minc lembrou também que a lei irá determinar que a expansão da cana-de-açúcar ocorra sem que se jogue vinhoto nos rios - com uma tecnologia que o transforma em biofertilizante -, sem queimadas, e sem invadir áreas de produção de alimentos ou áreas protegidas. "Há acordo entre os ministérios de que não haverá nenhuma nova usina de cana no Pantanal, nem na Amazônia nem em áreas de vegetação nativa", disse o ministro. "Temos 40 milhões de hectares para escolher seis, então não temos faltas de terras: o Brasil talvez seja o único país do mundo que pode expandir a produção do etanol e dos biocombustíveis sem entrar em um único hectare de área protegida nem de produção de alimentos."

O ministro também anunciou o zoneamento para o plantio de dendê em áreas degradadas. A meta é ampliar o cultivo de oleaginosas para a produção de biodiesel.



## **Preço de produtos florestais terá índice próprio – Sítio Eletrônico do MMA – 20/01/2009**

A variação dos preços finais de madeiras, óleos, fibras e frutas extraídos das florestas licitadas ao setor privado terão índice de correção próprio. O Índice de Preços de Produtos Florestais (IPPF) está sendo desenvolvido pelo Serviço Florestal Brasileiro e servirá de base também para orientar a definição do preço mínimo e mecanismos de reajuste sobre preços de produtos e serviços florestais em editais de licitação para concessões florestais.

O primeiro IPPF será específico para toras de madeiras tropicais na Amazônia (o IPPF-Tora). Para obter o índice, o Serviço Florestal contratou por meio de uma licitação o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) que estabelecerá um sistema de acompanhamento de preços médios pagos por serrarias, faqueadoras e laminadoras para adquirir um metro cúbico de madeira em tora de madeira tropical. A rede de coleta de dados envolverá diversos pólos de produção em todos os estados da Amazônia.

Para Tasso Azevedo, diretor geral do Serviço Florestal, a criação desse índice é importante pois "estabelece uma referência para entender a dinâmica do mercado de produtos florestais até então inédita no País nesta escala". Segundo Azevedo "este tipo de acompanhamento existe hoje apenas para algumas *commodities* como celulose e papel, ou para alguns produtos em mercados específicos, como madeira serrada na cidade de São Paulo, por isso o IPPF promete ser um novo balizador de negócios para o setor florestal". Os primeiros dados do IPPF-Tora devem ser lançados no final do primeiro semestre de 2009 e serão mensais.

## **Incrá diz que criação de agência para regularizar terras na Amazônia é um erro – Sítio eletrônico da Contag - 22/01/2009**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reúne-se hoje (22) com representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente e Agricultura para discutir a regularização fundiária do país, em especial de uma área de 100 milhões de hectares da Amazônia Legal.

A proposta do ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, de criação de um órgão específico para cuidar de todas as questões que envolvam terras na Amazônia, deverá ser o principal assunto da pauta.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) é contra a proposta. Em entrevista exclusiva à Agência Brasil, o presidente do instituto, Rolf Hackbart, disse que a proposta de Mangabeira "é um erro" e defendeu o fortalecimento do órgão para dar conta do caos fundiário da região. "Criar uma agência agora é um erro. Nem a LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] permite, porque teria que criar cargos e outras medidas. Se a agência for criada agora, só vai começar a funcionar, se tudo correr bem, em 2010. E o tempo é contra nós", disse.

Na avaliação de Hackbart, a identificação e solução de problemas fundiários na região é "um processo, não um estoque" e por isso não podem ser conduzidas visando apenas ao repasse das terras. "A regularização fundiária é fundamental, desde que vinculada à reforma agrária e à proteção do meio ambiente. A grande diferença entre o que Incra acredita e uma outra proposta é que o Incra não quer não só criar um mercado de terras."

Como alternativa à criação de uma agência executiva, Hackbart defende o fortalecimento do instituto, inclusive com a criação de uma diretoria ou de uma superintendência regional na Amazônia Legal para tratar especificamente da regularização de terras. Segundo ele, essa será a proposta que o Ministério do Desenvolvimento Agrário vai levar à reunião com Lula.

A força tarefa do Incra, segundo Hackbart, teria que ser acompanhada de mudanças na legislação que garantissem a preservação do meio ambiente e evitassem a transferência das propriedades. Ele teme que essas terras sejam revendidas e acabem concentradas nas mãos de poucos investidores, inclusive os internacionais. "Temos que ter condições para entregar o título de propriedade, cláusulas resolutivas. Por exemplo, digamos que o senhor Joaquim receba seu título de propriedade: por dez anos não poderá vender, porque senão vai haver um mercado de terras enorme. Pela proposta do Mangabeira, não há essa restrição, no dia seguinte ele vai poder vender. O grande produtor de Goiás, de São Paulo, do Paraná vai lá e compra tudo e teremos uma concentração de terra pública", comparou.

O presidente do Incra, no entanto, não descarta a possibilidade de chegar a um meio termo, uma proposta consensual entre as idéias de Mangabeira e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

### **Mudança do clima já esquentou Antártida** – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 22/01/2009

Não resta muita dúvida: a parte mais vulnerável da Antártida também está se aquecendo, como o resto do mundo. A tendência vale ainda para o continente como um todo e para a última metade de século, sustenta artigo no periódico científico "Nature" de hoje.

A Antártida inteira esquentou cerca de 0,6C de 1957 a 2006. Na Antártida Ocidental, aquele terço do continente voltado para a América do Sul, o aquecimento foi ainda mais acentuado: 0,85C. Os dois terços orientais viram os termômetros subirem menos: 0,5C. Isso subverte a visão tradicional sobre o continente gelado em tempos de mudança climática: aquecimento só na península Antártica e resfriamento do resto (sobretudo a Antártida Oriental).

O grupo liderado por Drew Shindell (Nasa) e Eric Steig (Universidade de Washington) usou poucos dados de estações meteorológicas. Elas não chegam a meia centena e estão localizadas perto da costa. Não servem para estimar a temperatura do continente inteiro.

"Ouve-se o tempo todo que a Antártida está se resfriando, e não é esse o caso", alerta Steig. "A Antártida não está se aquecendo na mesma taxa em todo lugar e, enquanto algumas áreas vêm se resfriando por muito tempo, a evidência mostra que o continente como um todo está ficando mais quente."

Steig e Shindell recorreram a medidas de temperatura tomadas por satélite, que cobrem toda a Antártida. Como esses dados só estão disponíveis para o último quarto de século, eles treinaram seus computadores para inferir as temperaturas dos 25 anos anteriores com base nos últimos 25 anos. "O resultado não me surpreende", afirma Jefferson Cardia Simões, glaciologista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). "Se olharmos os artigos científicos que modelam o impacto de um aquecimento atmosférico, aparece primeiro o aquecimento da península e depois o da Antártida Ocidental."

A constatação dos americanos é preocupante, mas está longe de motivar pânico. A ameaça maior ainda vem das geleiras da Groenlândia, no outro extremo do globo (Ártico). Mesmo estas levariam séculos para derreter, elevando o nível dos mares em vários metros.

O problema é que a Antártida contém dez vezes mais gelo do que a Groenlândia. A maior parte, 70%, se concentra na Antártida Oriental, que é mais fria, tem manto de gelo mais espesso e é mais estável. O restante fica na parte ocidental. Ela é mais quente, recebe mais neve e tem mais correntes e mais plataformas de gelo para se acelerarem e romperem. Em duas palavras, é a Antártida mais dinâmica e mais vulnerável.

Segundo Shindell, a parte a oeste da Antártida é mais suscetível a escorregamento do manto de gelo em direção ao mar. "Não tão vulnerável quanto a Groenlândia, mas não é invulnerável", diz. Trata-se de um risco de longo prazo, no entanto, coisa para séculos, ou milênios.

#### **Antártica em alerta – O Globo – Ciência – 22/01/2009**

Pela primeira vez, estudo revela aumento da temperatura média

Durante muito tempo cientistas que estudam as mudanças climáticas na Terra acreditaram que enquanto o planeta aquecia, grande parte da Antártica esfriava. Mas isso mudou. O único continente que parecia imune ao aquecimento global está esquentando rapidamente.

Novos estudos mostram que nos últimos 50 anos a região registrou uma elevação média na temperatura de 0,5 grau Celsius, cerca de 0,1 grau por década. Os dados foram publicados na revista britânica "Nature". Estas mudanças têm influência direta no Brasil, pois a Antártica participa da regulação do clima no país.

Cerca de 90% do gelo do planeta encontra-se na Antártica. Até agora, a comunidade científica pensava que todo o interior do continente gelado estava esfriando e que a temperatura só aumentava na sua península, próxima ao extremo da América do Sul. Com base em análises de registros de estações terrestres e satélites, agora os autores da pesquisa contestam a ideia de que as temperaturas se mantêm em equilíbrio entre o oeste e o leste do Continente Polar.

A temperatura subiu de 1957 a 2006, especialmente no inverno e na primavera. É verdade que a parte leste da Antártica esfriou entre 1970 e 2000, mas desde então reaqueceu.

Com isto, a média sobe, explicou um dos coordenadores do estudo, Eric Steig, da Universidade de Washington e diretor do Quaternary Research Center.

“O aquecimento na Antártica ocidental (oeste) tem sido de um décimo de grau Celsius por década nos últimos 50 anos, anulando completamente o esfriamento da parte leste (oriental) durante o período de 1970 a 2000”, disse um comunicado da Universidade de Washington.

Buraco de ozônio ajudou a esfriar

Este aumento, similar ao do resto do planeta, está relacionado com alterações na circulação atmosférica, variações na temperatura da superfície dos mares e com a diminuição do gelo na região pacífica do oceano Sul. A curto prazo, este aquecimento não terá conseqüências graves.

Porém, com o tempo, a desestabilização da camada de gelo é uma possibilidade, afirmam os autores: — O oeste da Antártica é muito diferente do leste, e há uma barreira física, as Montanhas Transantárticas, que separam estas duas partes.

A camada de gelo da primeira está a uma altura de 1.830 metros do nível do mar e a segunda a 3.050 metros.

Uma das razões pelas quais se acreditava que a maior parte da Antártica esfriava é a presença do buraco na camada de ozônio, que aparece a partir da primavera na Região Polar do Hemisfério Sul. Este fenômeno seria responsável pela queda de temperatura na parte oriental, especialmente no outono.

— O buraco na camada de ozônio pode esfriar a Antártica ocidental, mas não intensamente como os fatores que produzem aquecimento.

A Antártida ainda continuará coberta de gelo por milhares de anos, independentemente da ação humana.

Porém poderá derreter-se, elevando o nível dos mares — disse Steig.

### **Estações do ano chegam dois dias antes – O Globo – Ciência – 22/01/2009**

Ação humana pode estar causando variações e alterações dos picos de calor e frio BERKELEY, Califórnia. Não só houve aumento da temperatura média global nos últimos 50 anos, mas as estações do ano tem tido o seu início alterado, chegando até dois dias antes do normal, tanto no Hemisfério Sul como no Hemisfério Norte, revela um estudo realizado por cientistas das universidades de Berkeley e Harvard, nos EUA.

Assim como a atividade humana produz gases do efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global, ela também pode ser a causa das mudanças nos ciclos das estações e também dos seus picos de calor e frio, de acordo com Alexander R. Stine, pesquisador da Universidade de Berkeley, uma das autoras do relatório, publicado na revista “Nature”.

— Há cem anos existe um padrão de variabilidade muito natural — explica Stine. — Em seguida, vemos uma grande quebra desse padrão, ao mesmo tempo que a temperatura média global começa a aumentar, o que nos faz suspeitar da influência da atividade humana.

Padrões de circulação atmosférica também estão mudando Embora a causa desta mudança sazonal não esteja clara, pesquisadores dizem que a mudança parece estar

relacionada, em parte, a um determinado padrão de ventos que também foi mudando ao longo do mesmo período.

Este padrão de circulação atmosférica, conhecido como Modo Anular Norte, é o mais importante para controlar o tipo do vento e fazer um inverno no Hemisfério Norte diferente do outro. Os pesquisadores descobriram que este padrão também é importante para controlar a chegada das estações.

Seja qual for a causa, asseguram os pesquisadores de Berkely, os modelos do atual Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) não preveem esta mudança no ciclo as estações.

As temperaturas em qualquer momento do ano podem ser muito diferentes na Terra e sobre os oceanos.

E uma mudança na intensidade e na direção dos ventos pode mover uma grande quantidade de calor do oceano para terra, o que pode afetar o calendário das estações.

No entanto, esta parece ser apenas uma explicação parcial porque a relação entre este padrão de circulação e da alteração no calendário das estações do ano não é suficientemente forte para explicar a magnitude da mudança sazonal

#### **MPX utiliza o vegetal para diminuir emissões de CO<sub>2</sub> – Valor Econômico – Agronegócios - 22/01/2009**

A MPX Energia, do empresário carioca Eike Batista, dará início no segundo semestre deste ano a um projeto inédito no setor elétrico brasileiro de captura de carbono através de microalgas. A experiência será realizada na termelétrica de Pecém I, no Ceará.

Em fase de obras, a usina tem previsão para entrar em operação a partir de 2011 e deverá consumir 1,5 milhão de toneladas por ano de carvão mineral, importado da Colômbia. Esse montante de carvão, quando queimado, jogará por ano na atmosfera o equivalente a cerca de 800 mil toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) - o principal gás associado ao superaquecimento global.

Na tentativa de minimizar o dano ambiental, a MPX fechou uma parceria com a Universidade Federal do Ceará para desenvolver a técnica de seqüestro de gases com microalgas. A empresa conta também com a consultoria do especialista israelense Ami Ben Amotz, ex-professor da Universidade de Haifa e hoje vinculado à universidade cearense.

Pela técnica, o CO<sub>2</sub> emitido no processo de geração elétrica é canalizado e redirecionado da chaminé da usina para um tanque com algas, que se alimentarão do gás para crescer e se multiplicar. "A emissão de carbono é um problema que não se restringe às termelétricas. Vários setores, como o petroquímico, têm o desafio de controlá-lo", disse Eduardo Karrer, presidente da MPX Energia, em entrevista ao Valor.

Nos países desenvolvidos, o setor elétrico é considerado o maior emissor de gases de efeito estufa. No Brasil, o problema ainda é concentrado no desmatamento, mas a gradual diversificação da matriz energética para fontes sujas preocupa ambientalistas. "Estamos nos antecipando para que quando a usina comece a operar ela já tenha esse problema equacionado", afirma Karrer.

No primeiro ano, a MPX lançará mão de um hectare de área para a produção de algas. Neste período, serão analisadas quais cepas são mais propícias para a absorção do carbono, dadas as condições específicas de uma termelétrica. "Estamos falando de um efluente sujo, que tem um PH muito ácido", diz Osvaldo Bezerra Carioca, pesquisador

da universidade federal cearense que desenvolve o projeto na MPX. Se a experiência progredir, a empresa planeja trabalhar com lâminas d'água de 25 hectares já no segundo ano e 100 hectares no início de operação de Pecém I. O projeto-piloto demandará investimentos de R\$ 6 milhões. Segundo Paulo Monteiro, diretor de Operações de Novos Negócios e Meio Ambiente da MPX, a absorção de 10% do CO já justificaria a implantação do projeto. Segundo o executivo, dificilmente chega-se a uma absorção total dos gases emitidos e medidas complementares, como o reflorestamento, são necessárias. Com US\$ 1,2 bilhão de investimento total, a termelétrica de Pecém I irá gerar 720 MW médios e é fruto da parceria com a portuguesa EDP Energias do Brasil. A obra chegou a ser embargada no ano passado sob alegação do Ministério Público Federal do Ceará de que o órgão ambiental do Estado não tinha competência para fazer o licenciamento ambiental da usina e que sua continuidade só seria possível com um estudo ambiental integrado do complexo industrial do Porto de Pecém. A liminar foi derrubada. **(BB)Desmatamento na Amazônia Legal diminui em 2008** – Sítio eletrônico da CPT – 23/01/2009

Os quilômetros quadrados desmatados na área que compreende a Amazônia Legal diminuíram 94% entre os meses de novembro e dezembro de 2008 em comparação com o mês de novembro de 2007. Em relação a dezembro de 2007 a queda foi de 27%. Segundo levantamento realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), apresentado no dia 23 de janeiro, no mês de dezembro o estado que mais desmatou foi o Pará (60%), seguido por Rondônia (12%), Mato Grosso (10%) e Acre (10%). Já em Dezembro, o Mato Grosso foi o que mais desmatou, 65% do total da floresta, seguido pelo Pará (20%) e Rondônia (10%). De acordo com o Imazon, os resultados podem ter sido prejudicados devido a presença de nuvens na região nos meses de novembro (68%) e dezembro (73%). Além disso, a parte do estado do Maranhão que faz parte da Amazônia Legal não foi analisada. No entanto, para o pesquisador e coordenador do Projeto Transparência Florestal, o levantamento considerou os meses anteriores à pesquisa e não estudou os dados de forma isolada. Nos cinco primeiros meses do calendário de desmatamento - que começa em agosto de um ano e termina em julho do ano seguinte - a redução foi de 82% em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Cassel ganha briga com Mangabeira** - João Domingos e Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional – 23/01/2009

A ala comandada pelos ministros Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e Carlos Minc (Meio Ambiente) derrotou a integrada por Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) e Nelson Jobim (Defesa) na disputa interna no governo sobre quem terá o comando da regularização fundiária na Amazônia. O presidente Lula não só desistiu de criar uma agência executiva para cuidar do trabalho - ideia de Mangabeira e Jobim -, como entregou a missão a Cassel.

Numa reunião de três horas, ontem no Palácio do Planalto, foi decidido que o governo correrá com a regularização das terras da Amazônia. Quer iniciar o processo nos próximos 60 a 120 dias. “Não será criada nenhuma agência, nenhum outro órgão”, disse Cassel.

Em fevereiro será enviado ao Congresso um projeto que mudará nove leis da área ambiental e fundiária. Sem a criação da agência imaginada por Mangabeira, o Inbra ficará responsável pela regularização das terras, mas terá de se reportar a um conjunto de ministérios, sob o comando de Dilma Rousseff, à semelhança do que ocorre com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Acho que a área ambiental saiu vitoriosa”, comentou Minc. Segundo ministros presentes à reunião, Mangabeira ficou muito irritado com a derrota.

### **Desmatamento na Amazônia Legal cai 82% - Soraya Aggege, Luiza Damé e Catarina Alencastro – O Globo – Nacional – 23/01/2009**

Para pesquisadores, queda dos números reflete efeitos da crise econômica; expectativa é de maior redução em 2009

SÃO PAULO e BRASÍLIA. O desmatamento da Amazônia Legal está em queda. Nos últimos cinco meses, entre agosto e dezembro de 2008, foram destruídos 635 km<sup>2</sup> de floresta — uma redução de 82% em relação ao mesmo período de 2007, quando foram desmatados 3.433 km<sup>2</sup> na região. Os dados são do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), que monitora a floresta com satélites. Os pesquisadores avaliam que a crise econômica já influi na redução do desmate. A expectativa é que a redução seja ainda maior em 2009, por causa da crise.

Para o Imazon, é o momento certo para aprofundar as medidas de restrição ao desmate. — Com a crise, já há sinais de redução na produção do carvão vegetal, na pecuária e em algumas commodities agrícolas que estão em queda. Agora, há o desmate feito pela apropriação da terra, que se mantém acelerado.

O cenário é muito bom para o governo agir — disse Adalberto Veríssimo, pesquisador e coordenador do Projeto Transparência Florestal do Imazon.

Os dados mostram que, em novembro, foram desmatados 61 km<sup>2</sup>, e, em dezembro, mais 50 km<sup>2</sup>. Em relação aos mesmos meses em 2007, a redução foi de 94% em novembro e 27% em dezembro.

Apesar da tendência de queda, os dados podem estar subestimados, alerta o Imazon.

É que entre novembro e janeiro a cobertura de nuvens na região é superior a 50%, bloqueando as imagens dos satélites. O levantamento do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Aeroespaciais), será divulgado em fevereiro.

#### **Desenvolvimento Agrário fará regularização fundiária**

O presidente Lula decidiu ontem que a regularização fundiária da Amazônia Legal será comandada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), contrariando proposta da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos.

O ministro da pasta, Mangabeira Unger, defendia a criação de uma agência para cuidar do assunto. Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o governo vai acelerar a regularização da posse de propriedades de até 15 módulos de terra (cerca de 1.500 hectares), ocupados antes de dezembro de 2004.

— Chegamos a todos os acordos — disse Cassel, após reunião que mobilizou oito ministros, além do presidente.

Para cuidar da regularização fundiária na Amazônia Legal — que inclui os sete estados do Norte mais Maranhão e Mato Grosso —, o governo vai criar uma diretoria no MDA e requisitar funcionários do Inbra e de outros órgãos federais.

Segundo Cassel, não haverá necessidade de contratação de pessoal, pois todo o processo será feito em parceria com estados e municípios.

O governo, no entanto, terá de enviar uma proposta ao Congresso para mudar 11 leis diferentes que tratam do assunto.

No processo de regularização, o governo vai exigir que os posseiros comprovem ocupação da terra antes de dezembro de 2004, além da moradia no imóvel.

Serão cobradas contrapartidas: o posseiro não poderá desmatar a terra; e no caso das já degradadas, deverá recuperá-las e não poderá vender o imóvel por dez anos. A prioridade serão as terras de até 400 hectares, e a meta é regularizar 290 mil posseiros que ocupam terras desse tamanho, em três anos.

Para o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, a questão ambiental será contemplada na nova fórmula. O mais importante, disse, é que quem ganhar a terra terá de assinar compromisso de não desmatar.

## **Dois satélites entram na luta contra o aquecimento global – O Globo – Ciência – 23/01/2009**

Japão e EUA vão monitorar gases-estufa na atmosfera O Japão lança hoje um satélite cuja missão é analisar a concentração de gases do efeito estufa na atmosfera e monitorar seu volume. Chamado de Gosat (Observação do Efeito Estufa por Satélite, na sigla em inglês), ele vai ter a companhia do OCO (Observatório Orbital de Carbono, também na sigla em inglês), satélite da Nasa que tem objetivo parecido e deve ser lançado ainda no primeiro semestre. Serão os primeiros exclusivamente dedicados a esta função.

Os gases do efeito estufa — como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e metano (CH<sub>4</sub>) — são os responsáveis pelo aquecimento global. O CO<sub>2</sub> proveniente de atividades humanas é o principal agente causador das mudanças climáticas associadas ao aquecimento global, mas importantes dados sobre a sua circulação na atmosfera ainda permanecem obscuros.

De acordo com um comunicado da agência espacial japonesa, a Jaxa, o satélite — que será lançado a partir de uma base em Tanegashima — vai “contribuir para os esforços internacionais de combate aos efeitos do aquecimento global”.

O Gosat vai mapear os gases do efeito estufa a uma altitude de 666 quilômetros da Terra, ao longo de cinco anos de missão. Já o satélite da Nasa vai detalhar a concentração de CO<sub>2</sub> próximo à superfície, onde o efeito do aquecimento é mais sentido, e apontar os principais locais na atmosfera onde o CO<sub>2</sub> é absorvido, os chamados sorvedouros.

Sabe-se que a Terra absorve cerca de 50% do CO<sub>2</sub> que liberamos na atmosfera, a maioria indo parar nos oceanos e florestas.

Mas os demais sorvedouros ainda são pouco conhecidos.

— O Gosat e o OCO vão tentar medir quantidades semelhantes de CO<sub>2</sub>, mas seus objetivos científicos diferem sutilmente — explica o pesquisador Paul Palmer, da Universidade de Edimburgo, colaborador da missão japonesa. — O OCO busca encontrar os principais sorvedouros de CO<sub>2</sub>. Já o Gosat vai tentar identificar e monitorar as fontes de CO<sub>2</sub>. Mas ele também vai medir os sorvedouros.

Com o Gosat, o Japão pretende monitorar suas fontes de emissão e manter suas metas de redução, de acordo com o Protocolo de Kioto, do qual é um dos signatários. O acordo internacional contra o aquecimento global entrou em vigor em 2005 e expira em 2012.



O satélite japonês pode também ajudar a esclarecer alguns pontos obscuros relacionados às mudanças climáticas.

Como, por exemplo, a existência de sorvedouros de CO<sub>2</sub> ainda desconhecidos.

— Baseado no que conhecemos sobre o papel das florestas e dos oceanos, ainda restam grandes quantidades de carbono sendo absorvidas, mas não sabemos como — explica Palmer.

### **MDA vai regularizar 67,4 milhões de hectares na Amazônia Legal** – Sítio Eletrônico do MDA – 23/01/2009

O Governo Federal vai regularizar, nos próximos três anos, 296 mil posses na [Amazônia Legal](#). Serão titulados imóveis rurais de até 15 módulos fiscais (com, no máximo, 1.500 hectares) cujas posses sejam anteriores a dezembro de 2004. O processo, conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com os estados da região, envolve uma área de 67,4 milhões de hectares.

Para agilizar os processos de regularização, que hoje levam cerca de cinco anos, [a legislação será modificada](#), com a simplificação do [rito de titulação](#).

#### [Veja como será o processo de regularização](#)

No caso das áreas de até um módulo fiscal (um módulo tem, em média, 76 hectares), a titulação será gratuita e o processo deverá ser concluído entre 60 e 120 dias, a partir do cadastramento da posse.

Posses entre um e quatro módulos fiscais terão valor diferenciado, abaixo do valor de mercado, com 20 anos para pagamento e três anos de carência. O rito é o mesmo das áreas de até um módulo.

As áreas entre quatro e 15 módulos fiscais seguem regras semelhantes no prazo de pagamento. O valor da área, no entanto, será o de mercado, descontadas as benfeitorias. Neste caso, a titulação será precedida de vistoria dos imóveis para avaliação das benfeitorias e da ancianidade da posse.

Nas três situações será exigido o cumprimento da legislação ambiental, com a preservação de 80% da área nativa. As áreas tituladas não poderão ser vendidas dentro de um prazo de dez anos, mas servem como garantia para financiamentos junto a instituições financeiras.

### **Desmatamento cai 82% nos últimos meses de 2008** - Carine Corrêa – Sítio Eletrônico do MMA – 23/01/2009

O desmatamento da Amazônia Legal sofreu uma queda de 82% nos últimos cinco meses de 2008 em relação ao mesmo período de 2007. O anúncio foi feito pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em entrevista coletiva realizada hoje (23/01). Ele revelou ainda que a queda é o resultado de basicamente dois fatores: políticas

públicas implantadas pelo Governo Federal a região e os primeiros efeitos da crise econômica internacional, que já começam a influenciar na redução do desflorestamento.

Os dados dos sistemas de alerta de desmatamento foram divulgados pela ONG Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que monitora a floresta com satélites. Entre agosto e dezembro do ano passado foram desmatados 635 km<sup>2</sup> na região. Já na mesma época em 2007 a área atingida chegou a 3.433km<sup>2</sup>.

Minc ressaltou que as reais consequências da crise mundial neste setor poderão ser melhor percebidas a partir de abril deste ano (período estimado para uma avaliação mais eficiente), uma vez que esse fenômeno teve início em outubro de 2008, e o sistema do Imazon apontou uma redução de desflorestamento considerada significativa desde junho do ano passado. Em julho, maior período de devastação, houve um índice de 92% de redução do desmatamento em relação ao mesmo mês no ano de 2007.

"Não há motivo para euforia, uma vez que o desmatamento ainda é alto" , afirmou o ministro. No entanto, ele atribuiu o resultado positivo a vários fatores: intensificação da fiscalização do Ibama e da Polícia Federal na região; a resolução do Banco Central de não conceder crédito a proprietários que estejam em situação irregular ou executando atividades ilegais; venda do boi e da madeira pirata - que impediu o enriquecimento de produtores ilegais e gerou recursos que foram aplicados em ações preventivas - e o combate à impunidade, com mais de 100 ações contra desmatadores.

Ele também anunciou uma série de medidas para 2009, dentre elas ações de fiscalização focadas em áreas menores (entre 25 e 50 hectares), em contraponto aos polígonos maiores - entre 100 e 200 hectares- que, por serem mais facilmente identificados por satélite, foram melhor fiscalizados. Também serão criados mais seis portais de fiscalização em rodovias e Brs, para a fiscalização e apreensão de madeira ilegal, além do uso de novos satélites e uma integração maior entre os programas PAS, Fundo Amazônia e Operação Arco Verde. Haverá ainda a intensificação do manejo florestal correto para a extração de madeira legal e intensificação do trabalho de inteligência .

Também participaram do evento o delegado da Polícia Federal chefe da Divisão de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente, Álvaro Palharini, o coordenador geral de Zoneamento e Monitoramento Ambiental do Ibama, George Porto Ferreira, e o pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Adalberto Veríssimo.

George Ferreira declarou que é importante a continuidade de ações conjugadas entre o MMA, o Ibama e a Polícia Federal, e citou o aumento considerável de áreas embargadas e da aplicação de multas. Ele disse ainda que o Ibama conta com quatro helicópteros e vai contratar mais quatro aeronaves para ajudar no controle da área a partir de 2009.

Já o delegado Palharini, da Polícia Federal, ressaltou o combate à impunidade na região com a prisão de 187 pessoas relacionadas ao desmatamento, só no ano passado. Também houve o treinamento de policiais para que os mesmos pudessem conhecer melhor a região, e um aumento de 25% do número de oficiais na área todos preparados pela Academia de Polícia. A PF implantou ainda um programa de conscientização e

educação ambiental em pequenas cidades onde os índices de crimes contra o meio ambiente eram muito elevados.

Minc afirmou que é importante a criação de equipes menores e mais ágeis destinadas às atuações em polígonos pequenos. Tal ação deve ser combinada a alternativas econômicas para as populações que trabalham clandestinamente na região. O ministro reforçou a importância de se criar uma Agenda Econômica na Amazônia, capaz de gerar novas formas de produção não envolvidas com o processo de desmatamento. Com as ações de repressão, muitas pessoas perderam os empregos. Uma das ações paliativas da Operação Arco Verde é a distribuição de cestas básicas para os desempregados.

Também foi anunciada a parceria entre o MMA e os ministérios do Trabalho e da Previdência Social. A idéia é criar um seguro-desemprego temporário, que será pago com recursos oriundos dos leilões de produtos piratas, como a madeira e o boi, a fim de evitar que os desempregados possam desmatar pequenas áreas em decorrência da falta de trabalho. A alternativa vai ajudar a evitar futuras ações predatórias. Minc ressaltou que as ações do PAS e do Fundo Amazônia também vão ajudar a criar mais empregos sustentáveis.

Apesar da tendência de queda, os dados podem estar subestimados, alerta o pesquisador do Imazon, Adalberto Veríssimo. É que entre novembro e janeiro a cobertura de nuvens na região é superior a 50%, bloqueando as imagens dos satélites. O levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Aeroespaciais (Inpe) será divulgado em fevereiro e seus dados partem dos mesmos satélites utilizados pelo Imazon.

Para solucionar a questão, também foi anunciado o acordo com o governo japonês, que vai repassar, a partir de fevereiro, informações captadas pelo satélite Alos, capaz de registrar imagens mesmo com a presença de nuvens. Estes dados vão ajudar nas análises e no serviço de inteligência para prevenir novos desmatamentos.

### **Devastação se concentra em terrenos menores, diz Minc – Folha de São Paulo – Brasil – 24/01/2009**

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou ontem que a devastação na Amazônia começa a se concentrar em terrenos menores. Segundo o ministro, as áreas maiores eram mais facilmente fiscalizadas por satélite e, por isso, alvos mais frequentes de ações da Polícia Federal. "Por conta disso, os polígonos menores têm se tornado foco dos desmatadores. Houve uma pulverização da devastação na Amazônia", disse Minc, ao comentar a redução do desmatamento na Amazônia Legal.

A ONG Imazon registrou redução de 82% no desmate nos últimos cinco meses de 2008 em comparação com o mesmo período de 2007.

Segundo Minc, por conta dessa pulverização, PF e o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) têm formado equipes menores e com mais mobilidade para atuar nessas áreas. Ontem, o Ibama anunciou que vai usar, a partir fevereiro, um satélite japonês que permitirá detectar o desmatamento na floresta

através das nuvens. Neste período do ano, de mais chuvas, as nuvens dificultam o mapeamento do desmate. Os resultados preliminares devem sair já no próximo mês. "Com o satélite, vamos aumentar, com a ajuda da PF, a detecção dessas áreas para atuarmos em tempo real e combatermos o desmatamento no terreno", disse Minc. **(LARISSA GUIMARÃES)**

## **Stephanes diz não confiar mais em Minc – O Globo – Capa – 25/01/2009**

Stephanes diz não confiar mais em Minc O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) acusa o colega Carlos Minc (Meio Ambiente) de combinar uma coisa e anunciar outra à imprensa, para prejudicá-lo. **Página 10**

‘Ou Minc não entendeu nada ou não foi correto’ Ministro da Agricultura admite ressentimentos com seu colega do Meio Ambiente e rejeita rótulo de vilão verde

### **ENTREVISTA**

#### **Reinhold Stephanes**

Tratado como vilão por ambientalistas, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, diz não se incomodar com críticas, mas admite estar ressentido com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Segundo ele, o colega teria o hábito de combinar uma coisa em reuniões e anunciar outra à imprensa para prejudicá-lo. Deputado licenciado pelo PMDB, Stephanes avisa que insistirá na pressão por mudanças no Código Florestal e diz que seus técnicos são mais qualificados para preservar o verde do que os de Minc, que o chamou de porta-voz dos ruralistas: “Tenho mais doutores em meio ambiente que o Ministério do Meio Ambiente”, diz ele, ministro da Previdência nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

**Bernardo Mello Franco, Eliane Oliveira e Francisco Leali**

### **BRASÍLIA**

**O GLOBO: O senhor tem insistido na revisão de leis ambientais, como o Código Florestal.**

**Por quê?**

**REINHOLD STEPHANES:** Existem coisas feitas de forma correta, por especialistas. E existem coisas que foram feitas por razões político-ideológicas, e até por falta de conhecimento.

Se não se alterar o Código Florestal, e por sorte nossa ele não está sendo aplicado, um milhão de pequenos agricultores terão a sua propriedade inviabilizada. Terão que deixar de produzir, que abandonar a propriedade. Ao pé da letra, você tem hoje três milhões de agricultores fora da lei.

**Na sua avaliação, a lei impõe restrições demais?**

**STEPHANES:** Há propriedades que já estão no limite da economicidade.

Se você tira mais 20%, elas acabam. Quem redigiu não sabia disso. Eles imaginaram que o Brasil era uma planície única, que os topos de morros não existiam, que os rios eram retos. Às vezes, o rio serpenteia e o agricultor perde a metade da propriedade. Se a sociedade decidir assim (não mudar o Código), tenho que achar uma solução para esse milhão de produtores.

**Esse assunto está criando um abismo entre agricultura e meio ambiente. Há chance de entendimento?**

**STEPHANES:** Não gosto de falar em meio ambiente versus agricultura, porque quando vou discutir levo o meu pessoal de meio ambiente. Tenho mais doutores e pós-doutores em meio ambiente que o Ministério do Meio Ambiente. Uma coisa são os ambientalistas, que não têm necessariamente a formação ambiental. Outra são as pessoas efetivamente graduadas, como as da Embrapa.

**Para os ambientalistas, reduzir a reserva legal na Amazônia é assinar a sentença de morte da floresta.**

**STEPHANES:** A grande tese que defendo é desmatamento zero na Amazônia, com aproveitamento das áreas consolidadas e recuperação das áreas degradadas com reflorestamento comercial. Tem que haver uma atividade econômica, se não o sujeito não recupera. Se eu chamo o proprietário e digo que tem que recuperar 80%, ele abandona a terra e vai embora.

Já mostrei essas áreas degradadas ao presidente Lula, e o ministro Minc estava junto. A vantagem é que eu vou ao local.

Um senador disse que fui o único ministro que entrou de frente, e não de costas. O que ele quis dizer é que eles vão de manhã e voltam à tarde. Eu fui lá e fiquei uma semana, no sul do Pará. Conheço a Amazônia desde a época em que fui abrir picadas da Transamazônica.

#### **Por que sua relação com o ministro Carlos Minc está tão ruim?**

**STEPHANES:** Eu confesso que não entendo. Defendo essa tese do desmatamento zero desde o meu primeiro dia aqui.

Mas quando eu levantei a questão das áreas consolidadas do Centro-Sul, o Minc disse: “O ministro defende 50% de desmatamento na Amazônia”. Ou ele não entendeu nada ou não foi correto comigo. Então, a partir dessa frase dele, não adiantava mais eu dialogar.

#### **O senhor acha que virou vilão nessa disputa?**

**STEPHANES:** Não virei, ao contrário.

Quanto mais estão batendo em mim, mais está melhorando a minha posição perante os agricultores. E não é com os grandes. As cartas de apoio que eu recebo vêm de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul. Posso ficar pior perante as ONGs, apesar de que elas não têm me criticado muito. A questão é tão absurda! O Rio Iguaçu é um esgoto a céu aberto no meio de Curitiba, e não acontece nada.

A 50 quilômetros de lá, tem uma cidadezinha chamada Porto Amazonas, onde passa o rio.

Três cabeças de gado de um agricultor romperam a cerca e beberam a água do Iguaçu. Ele foi multado e perdeu as três cabeças de gado. Ainda bem que ele perdeu, porque elas iam morrer envenenadas. Agora todos os agricultores da cidade estão apavorados.

#### **O senhor citou um episódio em que achou que o ministro Minc não entendeu o que o senhor estava falando...**

**STEPHANES:** (Interrompendo) Acho que ele entendeu.

Mas usou como estratégia.

#### **Mas ele disse em entrevista que as discussões com o senhor eram combinadas. É verdade?**

**STEPHANES:** O diálogo com o Minc começou muito bem. A gente topou fazer uma reunião por semana, até que numa delas se apresentou uma proposta de prisão de três anos para o agricultor que não recompusesse a reserva legal. Depois ele disse: “Poxa, eu não tinha lido”. Aí não dá mais para conversar, né? Depois tivemos outra reunião e, no dia seguinte, as manchetes explodem dizendo que o ministro da Agricultura está defendendo os desmatadores brasileiros. Aí eu não entendi mais nada. Não é o meu nível de conversa. Esse jogo não foi combinado.

### **O diálogo ficou impossível?**

**STEPHANES:** Preciso readquirir a confiança. Eu procuro ser técnico e profissional. Posso até não estar certo, mas não tomo nenhuma decisão sem conversar com os técnicos da Embrapa formados em meio ambiente.

Eu não tomo decisões sobre o que eu acho. Agora, ele é mais midiático. Então é um negócio mais complicado.

### **Ele já afirmou que o senhor não pode agir como porta-voz dos ruralistas.**

**STEPHANES:** Depende do que você chama de ruralistas. Todos sabem que eu não converso com o Ronaldo Caiado. O Valdir Colatto, que é presidente (da frente ruralista), eu fiquei dois meses sem receber.

Não aceito isso. Nós temos que ter independentes. Agora, os deputados ruralistas, produtores, sindicatos e associações estão pedindo que eu lidere um movimento. Está-se criando um movimento nacional pela mudança da legislação que eu não quero liderar.

## **Fórum Social Mundial na Amazônia – Oded Grajew – Folha de São Paulo – Tendências e Debates - 25/01/2009**

A PARTIR de amanhã até 1º de fevereiro, a cidade de Belém, no Pará, passa a ser a capital da região pan-amazônica (composta por Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa) e vai abrigar a nona edição do Fórum Social Mundial. O FSM foi criado para se contrapor ao modelo de desenvolvimento dominante, enaltecido e propagado pelo Fórum Econômico Mundial, de Davos, que sempre combateu qualquer controle e regulação que pudessem inibir a "liberdade" do mercado. A primeira edição do FSM foi realizada em 2001 em Porto Alegre (RS). Naquele momento, o neoliberalismo era glorificado. O então presidente da Argentina, Carlos Menem, era recebido com tapete vermelho em Davos, e suas políticas eram enfaticamente recomendadas para todos os países "em desenvolvimento". Os idealizadores, organizadores, apoiadores e participantes do FSM eram ridicularizados por boa parte dos "analistas" econômicos e políticos. Eram tachados de retrógrados que só sabiam criticar, mas que não tinham nenhuma alternativa a propor. Porém, já na primeira edição, milhares de participantes vindos de dezenas de países se organizaram em mais de 1.500 oficinas, debates, conferências e seminários que denunciavam os problemas e os riscos para as pessoas, a economia, a democracia, o meio ambiente e a paz mundial do modelo de desenvolvimento vigente. Ao mesmo tempo, propunham e apresentavam práticas e políticas que apontavam para a justiça social, a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável. Infelizmente, uma parte da mídia tentou desqualificar o evento, dando visibilidade apenas aos protestos e às críticas, sem mostrar as propostas e as alternativas. Procurou folclorizar o FSM, destacando, por exemplo, um rapaz que viajou milhares de quilômetros para tocar violão à beira do rio Guafba, vendedoras de produtos artesanais, namoros no acampamento da juventude, factóides políticos. Felizmente, outra parte da mídia tradicional, a mídia alternativa e as ações de comunicação das organizações sociais conseguiram repercutir adequadamente a programação, o conteúdo e o sentido do evento, contribuindo decisivamente para o enorme crescimento qualitativo e quantitativo e para a rápida expansão geográfica do FSM. A mensagem "um outro mundo é possível" ganhou corações e mentes, mudou a agenda política, social e ambiental em muitos países, promoveu um forte

questionamento do modelo econômico e civilizatório e da legitimidade das guerras e da violência. Foi construído um espaço mundial que se desdobra continuamente em processos locais, regionais e temáticos que oferecem aos participantes a oportunidade de debater, visibilizar propostas e práticas e se articular para ganhar a força política e social para viabilizar as decisões tomadas. A escolha da região pan-amazônica se deve a seu papel estratégico para toda a humanidade, por deter imensas riquezas culturais e ambientais em risco de aniquilação, mas que podem alimentar um novo modelo de civilização. A região abriga a maior biodiversidade do planeta, ameaçada de extinção e essencial ao equilíbrio climático e ambiental mundial. Será a oportunidade de perceber que o atual colapso financeiro, os conflitos armados e a degradação ambiental fazem parte de uma mesma crise de valores decorrente do modelo de desenvolvimento que privilegia a competição, sem limites e a qualquer custo, pelo poder e pelo acúmulo de bens materiais. Essa luta, em que impera a lei do mais forte, degrada o tecido social, pelo aumento da distância entre ricos e pobres; fomenta crises econômicas, alimentadas pela desconfiança generalizada e pelo clima de salve-se quem puder; corrompe a sociedade e os governantes, que necessitam cada vez mais do poder econômico para se elegerem; arrasa o meio ambiente, aquece o planeta e esgota os recursos naturais, vitais para a sobrevivência das espécies; acirra os conflitos estimulados pelo ambiente competitivo, pelos interesses econômicos e políticos que lucram com as guerras, pela luta cada vez maior pela posse de recursos naturais e de fontes de energia, pela pobreza e desinformação que facilitam a manipulação das massas e degradam a democracia. O FSM em Belém, uma cidade que carrega um nome tão repleto de simbolismos, poderá ser um marco na renovação e no fortalecimento de nossas esperanças para o nascimento de um mundo solidário, justo, sustentável, democrático e pacífico.

\*ODED GRAJEW, 64, empresário, é um dos integrantes do Movimento Nossa São Paulo e presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. É idealizador do Fórum Social Mundial e idealizador e ex-presidente da Fundação Abrinq. Foi assessor especial do presidente da República (2003).

### **Minc chama Dilma para apartar briga ambiental – O Globo – Capa – 26/01/2009**

Minc chama Dilma para apartar briga ambiental      Ao responder ao ministro Reinhold Stephanes (Agricultura), o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, convocou a ministra Dilma Rousseff para mediar a crise na área do meio ambiente do governo. Minc chamou Stephanes de descompensado.

**Página 3**



## Crise entre ministros – Cássia Bruno - O Globo – O País – 23/01/2009

Crise entre ministros Minc reage a queixa de Stephanes e chama Dilma para intervir na briga ambiental

### Cássia Bruno

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, rebateu as críticas feitas pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e desencadeou mais uma crise no primeiro escalão do governo Lula na área ambiental. O embate se agravou após Stephanes afirmar, em entrevista publicada ontem pelo GLOBO, ter ressentimentos com Minc, principalmente envolvendo assuntos como a revisão do Código Florestal brasileiro e o desmatamento. No meio do fogo cruzado, Minc acusou Stephanes de ser contrário ao diálogo e de ter sido indelicado em suas declarações — entre elas, a de que o verde teria o hábito de combinar uma coisa em reuniões e anunciar outra à imprensa, a fim de prejudicá-lo. Minc anunciou que pediu à chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que faça a mediação do conflito. A intervenção, segundo o ministro do Meio Ambiente, servirá para resolver os impasses.

— A relação não é ruim. Mas ele ficou estressado com essas discussões. Ele é avesso ao diálogo. Foi indelicado.

Acho que o Stephanes perdeu a paciência, se descompensou. Estou preocupado com a ruptura do diálogo. Ele é que rompeu, é bom que se diga. E não foi só comigo, não. Ele se descompensou com a frente ambientalista do Congresso, presidida pelo Sarney Filho, e com o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dizendo, por exemplo, que ele era um ambientalista e não defendia a pequena produção — criticou Minc. Na entrevista, Stephanes rejeitou ser rotulado de vilão verde. Disse que seus técnicos são mais qualificados para preservar o meio ambiente que os de Minc, sendo preciso “readquirir a confiança” na relação entre as pastas. Magoadado por ser tratado como “líder dos ruralistas”, Stephanes condenou o fato de Minc ter dito que “ele defendeu 50% do desmatamento da Amazônia”, em referência à questão das áreas consolidadas do Centro-Sul. Stephanes, então, atacou: “Ou Minc não entendeu nada ou não foi correto”.

### “Falta consciência ao agronegócio”

A mediação de Dilma Rousseff deverá ocorrer somente em fevereiro.

— Quero criar um grupo de trabalho interministerial, envolvendo os dois ministérios, o Congresso, universidades e especialistas. Só assim teremos uma solução — anunciou o ministro do Meio Ambiente.

As negociações dentro do governo em torno de mudanças no Código Florestal vêm provocando impasse.

A crise se agravou após a última reunião para discutir as mudanças no código, quando Stephanes defendeu a anistia para quem desmatou Áreas de Proteção Permanente (APPs).

— O agronegócio quer demolir as defesas do código. Eles não aprenderam com a tragédia de Santa Catarina, ocasionada por uma combinação de um evento climático e erros ambientais terríveis. E uma das teses do Stephanes é justamente afrouxar as defesas das APPs. Pois foi exatamente o desmatamento dessas áreas o corresponsável pela tragédia. Se levarmos a tese dele ao extremo, nós poderemos ter outra tragédia — afirmou Minc.

Ele negou estar em conflito com representantes da agricultura familiar: — Quero frisar que o Ministério do Meio Ambiente e a agricultura familiar estão alinhados. Stephanes está querendo dizer que nós, do Meio Ambiente, estamos em guerra com a agricultura familiar. Eu nego.

Temos uma ampla aliança. Quem está com menos consciência é o agronegócio, que ele representa com monocultura, desmatamentos e agrotóxicos.

Minc e Stephanes vêm mantendo uma relação de altos e baixos desde a entrada do primeiro no ministério, em maio do ano passado, no lugar de Marina Silva. A ministra também teve embates públicos com o colega da Agricultura sobre a preservação ambiental limitar a expansão do agronegócio — queda-de-braço que Marina

acabou perdendo.

“Ele é avesso ao diálogo.

Foi indelicado comigo.

Acho que o Stephanes perdeu a paciência, se descompensou”

“O agronegócio quer demolir as defesas do Código Florestal.

Eles não aprenderam com a tragédia de Santa Catarina”

**Carlos Minc**

## Relação conturbada em meio a ataques mútuos e aproximações – O Globo – O País – 26/01/2009

### Relação conturbada em meio a ataques mútuos e aproximações

**O COMEÇO:** Com a queda de Marina Silva, Carlos Minc assume o Ministério do Meio Ambiente em maio de 2008 e herda da antecessora a relação conturbada com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, contrários às medidas de combate ao desmatamento na Amazônia. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afinado com os produtores rurais, já divergira de Marina sobre a expansão do agronegócio. Antes de tomar posse, Minc declarou que Maggi era capaz de “plantar soja até nos Andes”.

**A CRISE DA CANA:** Os dois ministros parecem estar afinados, fechando acordos como o que autorizou produtores que desmataram além do limite legal a recuperar florestas e matas nativas em outras áreas; a permissão de plantio de plantas exóticas como dendê e babaçu em áreas desmatadas na Amazônia; e a remuneração de agricultores que preservem ou recuperem matas ciliares.

Até que é anunciada a polêmica liberação do plantio de cana-de-açúcar e a instalação de usinas de álcool em áreas do Pantanal. A proibição fora uma das principais bandeiras da ex-ministra Marina. Segundo acordo, as plantações poderiam avançar em áreas utilizadas como pastagens ou em lavouras de soja, milho e algodão. O acordo foi duramente criticado por ambientalistas, que cobraram explicações de Minc. O ministro verde então nega a autorização para produção de cana e álcool no Pantanal, confirmada por Stephanes.

No dia seguinte, após reunião na Casa Civil, os ministros deixam o Planalto com versões diferentes sobre os planos do governo.

Stephanes confirmou que o projeto do governo prevê a ampliação da lavoura de cana em áreas mais elevadas da Bacia do Alto Paraguai, onde correm os rios que deságuam nas áreas alagadas do Pantanal. Minc disse que não permitiria o plantio de novos pés de cana nem em áreas já degradadas: “Não vai ter usina e não vai ter canavial. Nem na planície, nem no planalto. Não vai ter nada. Zero”.

Minc disse que acionaria o Ibama e faria valer uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que impede a instalação de qualquer usina de álcool na Bacia do Alto Paraguai: “Defendemos com unhas e dentes a floresta em pé”. Stephanes respondeu com irritação às críticas de ambientalistas e de Minc: “Não devemos temer a extinção das florestas, mas temer a extinção da área agricultável do Brasil”.

**MINC CEDE:** em outubro, num debate com Minc no Senado, Stephanes, irritado por ter sido tratado pelo colega como “líder dos ruralistas”, disse que “não há nenhuma possibilidade de se manter sem alteração o Código Florestal” e que, se todas as leis do setor forem respeitadas, “é melhor fechar o Brasil” (se o código fosse seguido à risca, alguns produtores teriam de substituir grande parte de suas plantações por mudas nativas). Após reuniões com a bancada ruralista, Minc aceitou alterar ou revogar artigos do decreto que assinara em julho, com o presidente Lula, endurecendo a Lei de Crimes Ambientais. E defendeu mudanças no Código Florestal, como a abertura de exceções na regra que impede o plantio em áreas de preservação permanente, como encostas de morros. Admitiu, inclusive, alterar a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão que preside, proibindo o plantio de cana na Bacia do Alto Paraguai, na área do Pantanal.

**CÓDIGO FLORESTAL:** A pressão de ruralistas de um lado e de ambientalistas de outro causaram mais atritos em novembro, nas reuniões do grupo de trabalho criado para discutir o Código Florestal. Stephanes irritou os verdes ao apresentar propostas de reduzir a reserva legal na Amazônia de 80% para 50%, e anistiar quem desmatou Áreas de Proteção Permanente (APPs). As ONGs, por sua vez, pediram até três anos de prisão para quem desmatar reserva legal. Os ambientalistas divulgaram carta contra Stephanes e o deixaram sozinho no encontro seguinte, levando o ministro a dar fim ao diálogo.

**Ministro reitera que regularização da Amazônia vai expor os grileiros – Valor Econômico – Brasil - 26/01/2009**

Ao detalhar na última semana os critérios definidos pelo governo para a regularização fundiária da Amazônia, o ministro Roberto Mangabeira Unger afirmou que as normas definidas para as áreas de até 2.500 hectares e a exigência explícita de aprovação do Congresso quando se tratarem de extensões maiores fortalecerão o combate aos grandes grileiros que se fixaram na região, conforme relato da Agência Brasil. "Os grandes grileiros ficarão expostos à luz do dia e essas terras ficarão mais suscetíveis a serem retomadas pelo governo federal", disse o ministro.

O ministro, que coordena o Programa Amazônia Sustentável (PAS), informou que o governo doará as terras de posses com até 100 hectares. As que sejam de até quatro módulos fiscais (400 hectares) serão vendidas aos posseiros por preço reduzido. De quatro a 15 módulos, a venda será por preço de mercado, com dispensa de licitação. De 15 até 25 módulos, ou máximo de 2.500 hectares, a lei continuará a exigir licitação. Quem tiver a área regularizada ficará proibido de vendê-la por dez anos. Os posseiros beneficiados não precisam morar dentro da propriedade, apenas em local próximo. Quem adquiriu terras de assentados do Incra também poderá se regularizar. As novas regras serão implementadas por projeto de lei ou medida provisória.

**Aquecimento durará mil anos, diz estudo – Folha de São Paulo – Ciência - 27/01/2009**

O aquecimento global é irreversível e, mesmo se todas as emissões de gases-estufa fossem cortadas a zero, as temperaturas continuariam elevadas por mil anos, causando secas graves em regiões como o Nordeste do Brasil. A conclusão é de um estudo publicado hoje por uma das principais cientistas do IPCC, o painel do clima das Nações Unidas.

Escrevendo no periódico "PNAS", da Academia Nacional de Ciências dos EUA, a climatologista americana Susan Solomon e colegas afirmam que um aquecimento médio de 2C da superfície terrestre reduziria as chuvas no inverno em 10% no Nordeste brasileiro e no sul da África, e em 20% na bacia do Mediterrâneo e na Austrália. Esse efeito deve perdurar até depois do ano 3000.

"Para comparação, o "dust bowl" americano esteve associado com reduções médias de chuva de cerca de 10% em um período de 10 a 20 anos", afirmam os cientistas. O "dust bowl" foi uma grande seca que arrasou a agricultura das Pradarias dos Estados Unidos na década de 1930, agravando a crise econômica da época e a Grande Depressão.

O novo estudo usa modelos climáticos para aprofundar previsões feitas pelo IPCC em seu relatório sobre o estado das mudanças climáticas lançado em 2007. Solomon foi uma das coordenadoras do relatório.

Segundo o novo resultado, a mudança climática é "irreversível" por mil anos depois que as emissões cessam porque, apesar de o gás carbônico persistir por apenas um século na atmosfera, o oceano continua reemitindo calor por séculos.

"As pessoas imaginavam que, se nós parássemos de emitir dióxido de carbono, o clima voltaria ao normal em 100 ou 200 anos. Isso não é verdade", disse Solomon, em

uma entrevista coletiva. "A mudança climática é lenta, mas irrefreável", afirmou a pesquisadora da Noaa (Administração Nacional de Oceanos e Atmosfera).

As simulações de computador rodadas por Solomon e seus colegas também tentaram estimar o que aconteceria com o nível do mar no fim do século 21 e além. Aqui a divergência com os resultados cautelosos do IPCC é radical: para uma concentração de CO2 na atmosfera de 600 partes por milhão -hoje ela é de 385 partes por milhão-, os oceanos subiriam de 40 centímetros a 1 metro até 2100, continuando a subir depois disso, mesmo sem um grama a mais de gás carbônico na atmosfera após a estabilização. Isso só por expansão térmica, sem contar o efeito do degelo polar, ainda incerto.

Segundo os pesquisadores, a única conclusão possível é a óbvia: cortar mais e mais as emissões. "Taxas de desconto usadas em estimativas econômicas assumem que uma mitigação mais eficiente pode ocorrer em um mundo mais rico, mas ignoram a irreversibilidade mostrada aqui." \*Com Associated Press

### **Obama reverte políticas de clima de Bush – Folha de São Paulo – Ciência – Sérgio Dávila - 27/01/2009**

A golpes de caneta, como vem fazendo nos últimos sete dias, Barack Obama revogou aspectos cruciais do enfoque conservador de George W. Bush em relação a ambiente e política energética. Com ordens executivas, o novo presidente dos EUA deu mais poder aos Estados para coibir a emissão de poluentes por veículos e apertou o prazo para que as montadoras instaladas no país façam carros mais eficientes.

Criou ainda o cargo de "czar da mudança climática", um alto diplomata que representará o país nesse assunto na arena internacional, e deu mais detalhes da parte de seu plano que lida com os chamados "empregos verdes". "Os dias de Washington atrasar esse processo acabaram", disse o democrata, na cerimônia de assinatura das ordens, ontem. "Minha administração não negará os fatos, mas será guiada por eles."

A última frase foi uma estocada direta em seu antecessor republicano. Bush começou seu governo defendendo que a relação entre emissão de poluentes e aquecimento global "ainda está para ser julgada" e se despediu da última reunião do G8 (grupo das oito maiores economias), em junho passado, em Tóquio, dizendo em tom de blague: "Um adeus do maior poluidor do mundo".

Na primeira ação, Obama pediu que a EPA (Agência de Proteção Ambiental) revisse decisão de 2007 de Bush que impede que os Estados tenham política autônoma em relação a limites para emissão de gás carbônico por automóveis. Liderados pela Califórnia, dez Estados implantaram metas muito mais rígidas do que a exigida por esse órgão regulador federal, que acabou brechando a iniciativa.

"O governo federal deve trabalhar com, não contra, os Estados para reduzir a emissão de gases de efeito estufa", disse Obama. "A Califórnia mostrou coragem e liderança bipartidária em seu esforço de criar padrões para o século 21 nesse assunto, e vários Estados seguiram seus passos. Mas, em vez de servir como parceiro, Washington entrou no caminho."

O democrata trouxe ainda de 2020 para 2011 o prazo para que as montadoras fabriquem carros que tenham o consumo médio de 14,9 quilômetros por litro de

gasolina. "Esse aumento de 40% na eficiência de nossos carros e caminhões pode economizar mais de 2 milhões de barris de petróleo por dia, que é perto do que importamos do Golfo Pérsico", afirmou. O prazo anterior havia sido estabelecido pelo Congresso.

Por fim, detalhou o aspecto ambiental do plano de estímulo econômico de US\$ 825 bilhões (o equivalente ao PIB da Austrália) proposto por ele e que o Legislativo examina nesse momento. Nos cálculos de Obama, se aprovado o plano, serão criados 460 mil "empregos verdes", vagas de trabalho que lidam direto com a indústria de energia limpa, e a capacidade de os EUA gerarem energia alternativa dobrará nos próximos três anos.

Além disso, o plano prevê a construção de 4,8 mil quilômetros de "linhas de transmissão" desse tipo de energia pelo país -de dutos para transporte de etanol a construção de postos de combustíveis alternativos-, e a reforma de 2 milhões de lares e de 75% dos prédios federais para que se tornem mais eficientes energeticamente.

No mesmo dia, a secretária de Estado, Hillary Clinton, anunciou a criação do cargo que está sendo chamado informalmente de "czar do ambiente", um diplomata subordinado à chanceler que será o negociador-chefe dos EUA em acordos ambientais e representará a nova administração na Conferência do Clima da ONU em Copenhague, em dezembro.

O primeiro a ocupá-lo será Todd Stern, que foi assessor de Bill Clinton. Desde então, especializou-se na questão climática e é considerado progressista.

**Reação das montadoras** - Os fabricantes de carros tiveram uma reação mista ao anúncio. As ações foram bem-vindas, mas a possibilidade de os padrões estritos da Califórnia serem aprovados assustaram as montadoras, que dizem que irão à falência no Estado.

## **IPCC abordará emissões de hidrelétricas** – Folha de São Paulo – Ciência - 27/01/2009

José Gonzalez Miguez, do Ministério da Ciência e Tecnologia, disse ontem que o Brasil pretende inserir no novo relatório especial sobre energias renováveis de cientistas do IPCC mais informações sobre a questão da emissão de metano pelas hidrelétricas. Pesquisadores ligados ao painel do clima da ONU de 48 diferentes países iniciaram ontem, em São José dos Campos, uma reunião para elaborar o documento. O relatório deve ser concluído em 2010.

Miguez afirma que a questão do metano é "mal analisada na literatura científica" e "há muita confusão". Segundo ele, a geração de metano não ocorre somente em razão da biomassa alagada pelo reservatório da hidrelétrica. "[Há] emissões naturais da vegetação que fica a montante do rio e que vem sendo arrastada, e tem esgoto [...] sendo jogado." Os estudos são importantes para não ocorrer "dupla contagem" da emissão de metano. O relatório terá capítulos para cada tipo de energia, como biomassa, eólica e biocombustíveis. Thelma Krug, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, diz que a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) foi convidada a fazer uma palestra sobre etanol. A reunião vai até sexta-feira.

**Crédito de carbono cai e espera retomada** – Folha de São Paulo – Dinheiro – Gitânio Fortes - 27/01/2009

O mercado de créditos de carbono -certificados lançados quando se reduz a emissão de gases que causam o efeito estufa- passa por uma fase de baixa. Em Londres, a mínima deste mês para a RCE (Redução Certificada de Emissão, que equivale a uma tonelada de CO<sub>2</sub>), chegou a 9,95 (R\$ 30).

Em dezembro, os negócios estavam na casa de 14. Em setembro, antes da quebra do Lehman Brothers, que desencadeou a piora da crise financeira global, o preço era de 19. A evolução dos números é sombria, mas, a médio prazo, existe a perspectiva de reação.

De um lado, são esperados os reflexos da política pró-energia limpa do governo Obama nos EUA, dizem Marco Antonio Fujihara, responsável pelo setor de sustentabilidade do Instituto Totum, e Luís Fernando Filardi Carneiro, gerente para a América Latina da área de mudanças climáticas do grupo Lloyd's Register.

De outro, embora a desaceleração da economia leve a uma redução espontânea da emissão de gases poluentes, o problema do aquecimento global permanece e vai exigir a ação dos países e das empresas.

Neste começo de ano os créditos de carbono refletem a deterioração geral dos mercados. Na esteira da retração das economias dos países industrializados, menos produção implica menos poluição e menos necessidade de certificados de redução de emissões.

À demanda em contração se soma a um momento em que a oferta aumentou muito, diz Maurik Jeehe, superintendente de créditos de carbono do Banco Santander. "Bancos e empresas reveem necessidades nos países industrializados", afirma. Os créditos de carbonos também servem para fazer caixa. Quando muitos vendem, os preços caem. Não há mágica.

**Baixar mais** - No curtíssimo prazo, as cotações podem até cair mais, diz Divaldo Rezende, diretor-executivo da divisão brasileira da consultoria CantorCO<sub>2</sub>e. Embora espere que isso não ocorra, Rezende não descarta que se repita o piso de 6 apurado em 2006 para a RCE -esse certificado vem de projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) realizados em países emergentes e dos quais empresas dos países industrializados se socorrem para cumprir as metas acertadas segundo o Protocolo de Kyoto.

No terreno das incertezas, pesa a indefinição sobre o que vai suceder ao atual período de aplicação de Kyoto, que se estende até 2012. Somente daqui a três anos é que Hajime Uchida, gerente-geral do departamento de ambiente do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro, considera possível que o mercado se recupere com mais consistência. Segundo ele, os créditos de carbono seguem a lógica do mercado de commodities, sobretudo as mais ligados ao petróleo e à energia. "O dinheiro sumiu", afirma.

**LEIA MAIS** sobre medidas do governo Obama no caderno [Ciência](#)

## **Mercado ganha US\$ 115 bi em quatro anos – Folha de São Paulo- Dinheiro - 27/01/2009**

O movimento do mercado global de créditos de carbono -que inclui, além das RCEs (Reduções Certificadas de Emissões) dos projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), os papéis específicos do mercado europeu e os negócios voluntários nos EUA- fechou o ano passado em US\$ 116 bilhões, segundo estimativa de consultorias especializadas.

O crescimento dos negócios impressiona. Em 2007, haviam ficado em US\$ 64 bilhões. No ano anterior, em US\$ 31 bilhões. Em 2005, o giro alcançou US\$ 11 bilhões ante US\$ 1 bilhão em 2004.

Mesmo prevendo demanda menos intensa neste ano, Maurício Maruca, diretor da Araúna Energia e Gestão Ambiental, confia na reação dos preços para a faixa de 15 a 17 a tonelada para o início do segundo semestre, época de maior demanda.

"Há projetos que não se pagam a 10. Muitos não serão lançados, e a oferta de novos papéis também vai cair", diz Maurik Jehee, superintendente de créditos de carbono do Santander. Com essa retração, os preços têm uma chance de se recuperar.

Para o mercado pós-2012, Marco Giordano, administrador-executivo do projeto da usina termelétrica Bandeirantes, do Unibanco, considera essencial que as metas de redução de emissões se mantenham em patamar elevado. Caso contrário, pode haver novas inflexões. **(GF)**

## **Mais construções recebem selo verde no país – Ana Weiss e André Palhano – Folha de São Paulo – Dinheiro - 27/01/2009**

O Brasil está em vias de se tornar o quinto país com mais certificações Leed (Leadership in Energy and Environmental Design), selo verde mais disputado no mercado da construção civil hoje no mundo. Hoje, o país tem quase cem edifícios pré-certificados ou em processo de certificação. Entre eles, os conglomerados comerciais Eldorado Business Tower, da Gafisa, em São Paulo, e o Ventura Corporate Towers, da Tishman Speyer Properties, no Rio.

A incorporação de valores ecoeficientes pela construção civil é uma das grandes urgências planetárias. Fala-se aqui de um setor responsável pelo consumo de até 40% de energia do planeta, pela geração de 40% de todos os resíduos sólidos despejados no ambiente e pela emissão de 40% do carbono na atmosfera -segundo dados dos últimos relatórios do Painel Intergovernamental para Mudança Climática (IPCC).

Ante esse grande débito público, grandes representantes do setor são obrigados a se posicionar. A Holcim, por exemplo, uma das maiores indústrias cimenteiras do mundo, patrocina um prêmio de arquitetura responsável, o Holcim Awards, que até hoje distribuiu mais de US\$ 2 milhões para projetos considerados inovadores e sustentáveis.

Com o estreitamento das metas climáticas, a cada ano surgem mais ações do tipo, que estimulam o desenvolvimento de tecnologias construtivas e também fazem crescer o espaço do marketing verde.

Nenhuma empresa quer ter o nome ligado a vilões ambientais. E os selos dão credibilidade a esse trabalho. O Leed, do Green Building Council (EUA), e o Aqua, do francês Centre Scientifique et Technique du Bâtiment (CSTB), organizado aqui pela

Fundação Vanzolini, são as únicas opções no Brasil de certificação sustentável na construção civil.

As duas propostas apresentam critérios e metodologias um pouco diferentes. Mas tanto o Aqua, que tem de fato uma versão brasileira, como o Leed, que neste ano deve ganhar uma versão adaptada, atendem fundamentalmente aos critérios internacionais de sustentabilidade. O ponto é: até onde esses critérios podem ser plenamente adaptados a uma realidade tão diversa entre países?

O conceito de sustentabilidade é um tripé. É sustentável o projeto considerado ambientalmente correto, economicamente viável e socialmente responsável. A descrição dos pontos que levaram os edifícios da Gafisa e da Tishman Speyer Properties à pré-certificação propõe uma inteligente combinação de estratégias de economia de energia, reuso de água e gerenciamento de entulho, que inclui implantação de sistemas de reciclagem durante a obra.

Também se fala do compromisso na opção por materiais regionais para evitar o uso de transportes poluidores. Não existe nada que mencione uma proposta na redução do número de ônibus que os trabalhadores dessas obras (seja no erguimento ou depois, na manutenção) precisarão tomar para chegar ao trabalho. Nem a quantidade de horas do dia de trabalho que serão garantidas para que ele se dedique ao lazer, à família, ao descanso.

**Empresas abertas** - Até a abertura de capital das principais construtoras do país na Bolsa de São Paulo, a informalidade era a principal forma de "contratação" de pessoal para edificações. Depois da criação do Simples, a subcontratação passou a ser a relação mais comum entre construtoras e seus trabalhadores.

Hoje, cerca de 10% dos operários no país são analfabetos, e quase 40% não têm mais que quatro anos de ensino formal. Nos dois empreendimentos pré-certificados, a falta de mão-de-obra especializada foi driblada com a criação de cursos rápidos semanais ou diários.

Marcos Casado, gerente técnico do Green Building Council Brasil, emissor do Leed, admite que hoje a responsabilidade social não está entre os itens necessários para a certificação. "Mas sabemos que isso é uma necessidade no Brasil e, a partir de março deste ano, as obras serão pontuadas se tiverem operários a partir do cargo de mestre de obra com diploma de cursos técnicos do Senai."

O trabalho no Brasil tem uma realidade historicamente difícil, que carece de políticas públicas. Mas havia bem pouco tempo não era possível erguer um edifício de escritórios sem causar um estrago ambiental estrondoso e hoje se fazem prédios capazes de gerar energia própria e devolver ao ambiente em ganho. O que era impensável se tornou possível diante de uma exigência de mercado.



**Sem avanço, novo acordo climático pode naufragar** - Daniela Chiaretti – Valor econômico – Internacional - 27/01/2009

Os avanços praticamente nulos dos países industrializados em negociar novas metas de redução de emissão dos gases-estufa para o segundo período do Protocolo de Kyoto (o chamado pós-2012) na última conferência do clima, na Polônia, em dezembro passado, foram um balde de água fria no debate. "Isto pode impedir um acordo em Copenhague, no final do ano", disse Luiz Alberto Figueiredo Machado, chefe dos negociadores brasileiros nos debates internacionais sobre mudança climática. "O acordo em Copenhague depende do nível de ambição", resume Figueiredo. "Não acredito que haverá uma Convenção sobre Mudança do Clima nova até o final do ano, assim como não acho que haverá um novo Protocolo, porque não há tempo hábil para negociar isso. Mas a forma jurídica pouco importa, desde que haja um conteúdo robusto e de credibilidade."

Em Poznan, países emergentes apresentaram seus planos voluntários de redução de emissões, inclusive o Brasil. Os países ricos praticamente não anunciaram nada e obstruíram decisões importantes, como o aumento de recursos para o Fundo de Adaptação, uma demanda urgente dos países-ilha e lugares como Bangladesh, que já sofrem com a alta do nível do mar. "Tem que haver progresso nesta área, o esforço deve ser global", disse Figueiredo.

"O resultado dos debates sobre as mudanças do clima é uma alteração completa nos padrões de consumo e nas matrizes energéticas. São temas que afetam os modelos de desenvolvimento dos países rumo a economias com teores mais baixos de carbono", resume Figueiredo, que também é o diretor do departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores. Ele abriu ontem, no auditório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em São José dos Campos, a reunião de 150 cientistas de 48 países convidados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, o braço científico da ONU) a elaborar um relatório especial sobre energias renováveis, que deve ser publicado em 2010. Em Poznan, o economista indiano Rajendra Pachauri, presidente do IPCC, havia anunciado a elaboração deste relatório e mais dois - de florestas manejadas e eventos extremos. A primeira reunião do relatório "Fontes Renováveis de Energia e Mitigação da Mudança do Clima" acontece esta semana. Há sete cientistas brasileiros entre os autores.

**Obama começa a mudar a política ambiental dos EUA pelos automóveis** – Valor Econômico – Internacional - 27/01/2009

O presidente dos EUA, Barack Obama, começou ontem a mostrar a sua política ambiental, revertendo a direção que o governo Bush havia tomado na área.

Entre outras medidas, Obama dará liberdade aos Estados para que imponham limites de emissão de poluentes mais duros do que o governo federal, exigirá padrões de eficiência maiores para carros a partir de 2011 e tentará diminuir a dependência do país em relação ao petróleo estrangeiro. Ele deu indícios de que pode apertar China e Índia para que esses países diminuam suas emissões e indicou um enviado especial para Mudanças Climáticas que participou da negociações do Tratado de Kyoto - assinado pelo presidente Clinton, mas deixado de lado por Bush.

O presidente mandou a agência de proteção ambiental (EPA, na sigla em inglês) reconsiderar imediatamente o pedido da Califórnia para que o Estado pudesse impor limites mais duros às emissões de dióxido de carbono dos veículos. O ex-presidente George W. Bush havia negado o pedido da Califórnia e de outros Estados, que

resolveram acionar o governo federal na Justiça. "O governo federal tem de trabalhar com os Estados, e não contra eles, para reduzir as emissões dos gases causadores do efeito estufa", disse Obama.

Além disso, Obama abriu o caminho para que novas regras federais sejam adotadas forçando as montadoras a produzir carros de consumo mais eficiente de combustível e menos poluidores. O presidente deu uma diretiva ao Departamento de Transportes para que desenvolva novos padrões de eficiência para os modelos de carro a partir do modelo ano 2011, o que daria às montadoras um período de 18 meses de adaptação. Por esses padrões, o carro americano médio terá de fazer em média 15 km por litro.

Essas regras aumentam a pressão sobre o setor automobilístico, que vem lutando para sobreviver, com ajuda do governo, a um período grave de recessão, em que teve de pedir ajuda do governo.

A General Motors disse esta "trabalhando agressivamente" para desenvolver carros híbridos e elétricos melhores, mas que as autoridades deveriam pesar os fatores econômicos quando resolverem fixar os padrões. "Estamos prontos para nos juntar aos esforços do governo Obama e do Congresso nas políticas que defendem metas e soluções possíveis", disse a companhia, em um comunicado.

O governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, que é republicano, disse que permitir que seu Estado adotasse regras mais duras "seria uma vitória histórica para o ar limpo e para os milhões de americanos que querem carros mais eficientes e menos poluidores".

As diretivas do presidente agradaram ambientalistas, mas podem não ser tão bem recebidas pelos sindicatos, temerosos quanto à perda de empregos.

Obama instruiu o governo dos EUA em geral a se tornar mais eficiente em termos de energia. "Os dias de relutância de Washington terminaram. A minha administração não vai negar os fatos. Seremos guiados por eles", afirmou.

Ele expôs amplos princípios que serão seguidos por seu governo. É o momento, afirmou, de os EUA exercerem liderança na mudança climática e reduzirem sua dependência sobre o petróleo estrangeiro. "Essa será a política do meu governo para reverter nossa dependência ao petróleo estrangeiro", disse Obama

Ele reconheceu que governos anteriores estabeleceram objetivos similares. "Precisamos mais do que as mesmas antigas promessas vazias. Precisamos mostrar que desta vez vai ser diferente", afirmou.

Na área externa, o presidente deu indícios de que pressionará outros gigantes da economia mundial a diminuir também suas emissões. "Nós vamos agir, mas o mundo precisa agir também. Vamos garantir que China e Índia façam suas partes", disse.

Enquanto Obama discursava, o Departamento de Estado anunciou a nomeação de Todd Stern como enviado especial para Mudança Climática. Advogado, Stern é um veterano funcionário da administração federal e coordenou a Iniciativa Global sobre Mudança Climática de 1997 a 99, durante o governo de Bill Clinton. Ele também foi o enviado de Washington às negociações do Tratado de Kyoto.

Ele vai responder à secretária de Estado, Hillary Clinton.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) levará à Presidência da República uma proposta global do setor sobre o que deve mudar no Código Florestal brasileiro que, na avaliação de sua presidente, senadora Kátia Abreu, está obsoleto e precisa ser atualizado. Para ela, falta uma decisão de governo sobre o que é mais racional nesta questão e o que é melhor para o País. Kátia Abreu defende o desmatamento zero na Amazônia, desde que sejam regularizados a questão fundiária, os passivos ambientais e o pagamento pelos serviços de manutenção e conservação da floresta aos proprietários rurais. Mas, na sua opinião, o mais urgente é buscar uma solução para o problema da reserva legal e da recomposição das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e promete trabalhar para resolvê-lo.

Kátia Abreu argumenta que os produtores rurais não podem arcar com o ônus da recuperação das matas ciliares e da reserva legal, pois não têm recursos para gerir sozinho ações desta natureza. Cita, ainda, o fato de que foi o próprio governo que financiou o desmatamento dessas áreas, em épocas anteriores, quando as suas definições legais eram regidas por outras normas. Para ela, o importante agora é regulamentar o uso destas áreas, proibindo efetivamente as atividades agropecuárias e industriais nas áreas consideradas tecnicamente impróprias, com amparo de base científica, pois dificilmente será possível recuperar integralmente áreas que já foram alteradas.

A presidente da CNA defende a necessidade do Governo brasileiro estabelecer os princípios básicos que nortearão a legislação ambiental e a revisão do Código Florestal, deixando para os Estados o detalhamento das normas. Caberia ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) a fiscalização do cumprimento das medidas estabelecidas.

Para a senadora, a atualização do Código Florestal deverá atender a produção sustentável e os serviços ambientais prestados pelos produtores. Argumenta que a legislação deve ser tratada de forma pragmática, levando em consideração a questão econômica. Diz que as áreas desmatadas para a produção de café, arroz, maçã, cana-de-açúcar ou uva não podem agora ser simplesmente destruídas e substituídas por florestas sem valor ecológico ou econômico. Além de entregar oficialmente à Presidência da República uma proposta do setor para a revisão do Código Florestal, a presidente da CNA quer discutir com o Governo as soluções possíveis para essa questão, que vem gerando tensões nas áreas produtivas do País.

**Amazônia não resiste 30 anos, diz bispo do Xingu** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 29/01/2009

Em Belém, d. Erwin diz que presidente Lula deveria ser incisivo para conter 'desastre'. “A Amazônia está indo para o brejo.” Foi assim que o bispo d. Erwin Krautler, da Diocese do Xingu, no Pará, definiu a situação atual da região, ao participar ontem de evento no Fórum Social Mundial, em Belém, que no primeiro dia foi dedicado inteiramente ao debate sobre a questão amazônica. “No ritmo de destruição que tenho presenciado, desde que cheguei à região, em 1965, não dou mais do que 30 anos para que a maior parte da floresta esteja devastada.”

D. Erwin não quis fazer comparações entre as ações de diferentes presidentes. Mas ressaltou que Luiz Inácio Lula da Silva poderia fazer mais para conter o desmatamento: “O governo deu passos importantes. Mas Lula teria de ser mais incisivo para conseguir evitar o desastre.”

A residência episcopal da Diocese do Xingu fica em Altamira, no oeste do Pará. De acordo com d. Erwin, naquela região já existem municípios em que a cobertura florestal original não passa de 10% do total: “Os outros 90% já vieram abaixo.”

Segundo o bispo, respeitado como um dos mais importantes líderes católicos do Norte do País, o ritmo de destruição é menor em áreas de reservas indígenas e extrativistas. “Por isso é que considero a criação dessas reservas um passo importante para a salvação da Amazônia.”

D. Erwin é um dos três bispos do Pará atualmente ameaçados de morte por sua ação social. Ele vive sob permanente proteção policial - fato do qual reclamou ontem: “Até na hora da missa tenho de conviver com aqueles dois homens armados.”

O evento de que participou ontem, na Tenda Irmã Dorothy, no campus da Universidade Federal Rural do Pará, foi organizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A seu lado estava d. José Luiz Azcona, da Diocese de Marajó - outro ameaçado por pistoleiros da região. “Querem me matar porque denunciei a exploração sexual de crianças e menores”, afirmou.

**ORGANIZAÇÃO** - Diferentes movimentos sociais aproveitam o fórum para se organizar. Ao lado da Tenda Irmã Dorothy, que reúne militantes das bases sociais da Igreja, funciona a do Conselho Nacional de Movimentos Sociais. Mais adiante, a dos quilombolas. O Movimento dos Sem-Terra, como em outras edições do Fórum, realiza um evento à parte, fora do campus.

Pela manhã, durante mesa-redonda na Tenda 50 Anos da Revolução Cubana, a senadora e ex-ministra Marina Silva (PT-AC) defendeu a mudança no modelo de desenvolvimento para a preservação da Amazônia. Ela disse que o Fórum de Belém ocorre num momento de interpelação ética. “Ações de pessoas como Chico Mendes e Nelson Mandela anteciparam o futuro, o momento em que vivemos. Devemos a eles essa consciência. E que futuro estamos reservando para as gerações que ainda não nasceram?”, argumentou. O repórter viajou a convite da Funai

**Emergentes terão meta, sem recurso** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 29/01/2009

Europeus recuam na proposta que pode substituir o Protocolo de Kyoto e retiram 100 bi que ajudariam países

A União Europeia voltou atrás e apresentou ontem em Bruxelas seu documento com propostas para substituir o Protocolo de Kyoto sem a parte que especifica os recursos financeiros destinados aos países emergentes. No entanto, ficou mantida a exigência de que as nações em desenvolvimento tenham metas para corte de emissões de CO<sub>2</sub> de até 30% até 2020.

- Entenda as origens e os rumos da negociação do novo acordo climático

O Estado adiantou anteontem detalhes do rascunho que já mencionavam as metas, mas incluíam os 100 bilhões anuais (cerca de R\$ 300 bilhões) para os emergentes em questões ambientais. Cerca de 30 bilhões viriam dos países ricos. Pressionada diante de sua pior recessão em 60 anos, a Europa agora evita falar quanto destinará aos emergentes, o que pode culminar no fracasso de um acordo climático mundial.

O Protocolo de Kyoto entrou em vigor em 2005 e expira em 2012. Pelas regras atuais, apenas os países desenvolvidos são obrigados a reduzir suas emissões. Um novo acordo climático está sendo negociado e deverá ser finalizado até o fim deste ano na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague. Assim como a UE, outros países terão de apresentar propostas até fevereiro.

O documento prevê a redução em 30% dos níveis de emissões de CO<sub>2</sub> até 2020 para evitar que o aquecimento do planeta supere a marca de 2°C. O acordo prevê que todos os países ricos, inclusive os Estados Unidos, aceitariam a adoção de metas obrigatórias.

**PROTESTOS** - A decisão de retirar o valor gerou duros protestos de ativistas, que exigem agora explicações. A versão anterior contemplava um fundo a ser administrado pelas Nações Unidas, que monitorariam o dinheiro dado pelos países industrializados. Essa ideia desapareceu ontem da proposta. O foco passou a ser o fortalecimento e a expansão do mercado mundial de créditos de carbono, que financiariam parte do projeto. Bruxelas, porém, admite que bilhões de euros serão necessários para reduzir as emissões e que deve haver ajuda internacional.

Os grandes países emergentes por anos se recusaram a aceitar a ideia de que teriam de estabelecer metas de cortes de emissões de CO<sub>2</sub>. Para os europeus, sem uma redução da poluição entre os emergentes, as mudanças climáticas continuariam e, principalmente, não haveria acordo.

Brasil, China e Índia alertaram que não aceitariam as metas, já que frearia o crescimento econômico e não seria justo, pois a conta pela poluição no mundo deveria ser paga pelos países ricos. Um compromisso foi obtido. De um lado, os emergentes

apresentariam planos de redução das emissões. De outro, os ricos pagariam parte da conta.

Para a organização Oxfam, o comportamento da UE pode fazer fracassar o acordo climático. “Se os países emergentes não souberem quanto será colocado sobre a mesa, há o real risco de que a negociação fracasse”, disse Elise Ford, diretora da Oxfam. A entidade julga que a decisão de não se comprometer com o financiamento está relacionada à crise, a pior para a Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Para ativistas da Action Aid, é a credibilidade da UE que está em jogo. O Greenpeace emitiu nota atacando os europeus. “Compromissos financeiros concretos são necessários para construir a confiança.”

### **Brasileiros ficam surpresos com a nova versão** – Estado de São Paulo – Vida & - 29/01/2009

Diplomatas brasileiros disseram ao ‘Estado’ que ficaram surpresos com a nova versão, já que o governo estava disposto a negociar. O comissário de Meio Ambiente da UE, Stavros Dimas, prometeu que recursos serão oferecidos, mas sem dar valores e voltou a dizer que o mundo precisaria de 175 bilhões para financiar o novo modelo industrial. Ele admitiu que, sem um acordo financeiro, não haverá um ambiental. Mas alertou que só poderá falar em valor quando souber o que farão os emergentes.

### **Clima precisa de R\$ 507 bi ao ano até 2020, diz Europa** – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2009

Frear o aquecimento global durante a próxima década exigirá até 175 bilhões por ano (R\$ 507 bilhões) em recursos adicionais até 2020, metade deles aplicados em países em desenvolvimento. O cálculo é da União Europeia, que apresentou ontem suas propostas para uma ação internacional no combate às emissões de gases de efeito estufa. O conjunto de ações será levado pela UE à conferência do clima de Copenhague, em dezembro, que deverá definir o combate à mudança climática após 2012, quando o Protocolo de Kyoto expira.

"Esta é quase certamente a última chance de colocar o clima sob controle antes que ele passe do ponto de não-retorno", disse o comissário europeu do Ambiente, Stavros Dimas, ao pedir que os negociadores em Copenhague proponham cortes mais profundos -e custosos- nas emissões.

No documento apresentado ontem por Dimas, a UE reitera sua posição de evitar que o aquecimento do planeta neste século ultrapasse o limite de 2C acima da média na era pré-industrial. Para isso, chama os países desenvolvidos a adotarem a meta europeia de 30% de corte de emissões abaixo dos níveis de 1990 até 2020.

Uma das principais novidades da proposta, no entanto, é delinear ações a serem adotadas pelos países em desenvolvimento, especialmente Brasil, China e Índia. Embora não exija que essas nações abracem metas obrigatórias de redução de emissões, a proposta da UE sugere que os países mais avançados do mundo em desenvolvimento desacelerem suas emissões, reduzindo-as de 15% a 30% abaixo da trajetória atual até 2020. Esses países deveriam delinear "estratégias nacionais de desenvolvimento de baixo carbono", a serem verificadas por um novo órgão internacional, o Mecanismo Facilitador de Apoio à Mitigação.

**Discurso e prática** - O plano da UE, no entanto, não diz quanto as nações ricas poderiam dar às nações em desenvolvimento para ajudá-las na transição para uma economia de baixo carbono. Versões anteriores do documento falavam em US\$ 200 bilhões entre 2013 e 2020, cifra que teria sido suprimida por pressões internas, devido à recessão na UE -o que Dimas negou ontem.

Além disso, na última conferência do clima, em dezembro passado na Polônia, os países ricos se opuseram a liberar mais dinheiro para o fundo de adaptação à mudança climática que já existe pelo Protocolo de Kyoto -e que hoje funciona com US\$ 40 milhões, menos de um milésimo do que seria necessário. Segundo diplomatas de países em desenvolvimento, a sinalização financeira para Copenhague é "péssima".

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



**IICA**

**nead**

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

